



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO PERU DURANTE
O REGIME FUJIMORI (1990-2000)**

YASMIN CALMET IPINCE

FLORIANÓPOLIS – SC
2009.2

Yasmin Calmet Ipince

**VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO PERU DURANTE
O REGIME FUJIMORI (1990-2000)**

Trabalho de conclusão de
Curso apresentado como
requisito parcial para a
obtenção do título de
Bacharel no Curso de
Ciências Sociais da
Universidade Federal de
Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Héctor Ricardo Léis

**Florianópolis
2009.2**

Yasmin Calmet Ipince

**VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO PERU DURANTE
O REGIME FUJIMORI (1990-2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso considerado aprovado em 05/03/2010, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dr. Julian Borba
Coordenador do Curso de Ciências Sociais

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Héctor Ricardo Léis
Orientador

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell
Membro da Banca

Prof. Dr. Ricardo Silva
Membro da Banca

À Ariadna e Penelope.

Às vítimas do conflito armado
peruano; as quais deixaram saudades e
deram um motivo para seguir lutando
contra a violência subversiva e do
Estado.

AGRADECIMENTOS

Alguém uma vez me disse que o TCC não é feito por uma única pessoa, e sim por muitas pessoas, já que constantemente estamos trocando ideias, aflições, medos sobre aquilo que pretendemos escrever. É por este motivo que faço o meu mais sincero agradecimento a todos aqueles que de alguma forma me ajudaram a elaborar este TCC.

Este trabalho de conclusão de curso nasceu das inúmeras conversas que tive com o meu Orientador, o professor Héctor Léis; o qual me introduziu no mundo complexo da Ciência Política e me motivou a pensar sobre a realidade da América Latina, especialmente o Peru; e ele meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço a Vinicius, em primeiro lugar pelas estimulantes e produtivas conversas que tivemos sobre o tema. Agradeço-lhe por saber me escutar, pela paciência e pelo encorajamento que meu deu nas horas mais difíceis; por estar sempre ao meu lado me apoiando durante toda a minha vida acadêmica, com seus atos demonstrou ser um verdadeiro companheiro.

A minha mãe por cultivar em mim e em meus irmãos o gosto pelos estudos, admiro a sua força de fazer de nós pessoas mais responsáveis e críticas, e por fazer de nós cidadãos mais conscientes. Agradeço-lhe a ajuda que me deu cuidando das minhas filhas para que eu pudesse continuar com meus estudos universitários.

A minha família, a qual sempre me estimulou e cultivou o amor pelos estudos. Agradeço a meus avôs maternos Lucho e Asunción, que embora não estejam mais entre nós, sempre me estimularam a lutar por aquilo que mais desejo. A meu avô Genaro pelas longas conversas sobre política, devo a ele também o gosto pelo francês, pela leitura e pela arte. As minhas tias Agar, Emma, Olga, Silvia e Marelyn que sempre me ajudaram nos momentos mais difíceis da minha vida. A meu pai, embora tenhamos divergências, lhe agradeço a ele a ajuda prestada durante meu campo. A meus sogros Tonho e Lenimar, e a vó Cáu, por todo o respaldo e pelo incentivo que me deram para voltar a estudar. A meus irmãos Yamir, Katya, James, Giannina e Jessica que sempre estiveram comigo, apesar de nossas brigas, soubemos estar unidos nos bons e maus momentos, sempre apoiandonos e encorajandonos para seguir adiante.

As minhas duas melhores amigas. Lucimara com quem criei laços fortes de amizade, tornando-se especial para mim e para minha família;

agradeço a ajuda, as conversas, as puxadas de orelha e os conselhos dados. A Ana Carolina, *ma Chaudese*, quem também se tornou parte da minha família; agradeço-lhe as longas conversas sobre nossa vida acadêmica e particular; por estar comigo nas horas incertas, pelas correções de meus erros de português, pelo constante estímulo dado nas horas em que me encontrava sem inspiração para escrever esta monografia.

Quero agradecer também a meus queridos amigos, Rafael, Felipe, Gabriela, Victor, Lucas, Elaine, Camila, Luis Cristiano, André, Denise, Eduardo (Cuducos), Elis, Márcia e Marília; pelos momentos de alegria, de estudos, de parceria acadêmica e de longas conversas no bar; agradeço-lhes os conselhos de como passar no mestrado e as brincadeiras que me fizeram para que não pirasse, sem eles não sei que teria sido de mim. Meus agradecimentos ao Fernando, quem se tornou um excelente amigo, agradeço-lhe por me brindar sua amizade, sua paciência e as longas conversas nas quais trocamos ideias e conselhos de como sobreviver à vida acadêmica.

Agradeço a meus professores, por me fazer gostar do complexo mundo das Ciências Sociais. A Seibel, por me brindar a sua amizade, por me permitir fazer parte do NIPP e pelas inúmeras ajudas acadêmicas que me deu quando eu mais precisava. A Marisol pelos gratos momentos que tivemos em aula e pela ajuda que me deu para realizar esta pesquisa. A Ricardo Silva, Ricardo Müller, Ligia, Yan, Julian e Carlos Sell pelas longas conversas das quais surgiram ideias para futuras pesquisas, agradeço-lhes por acreditar em mim e também pela sua amizade.

Agradeço também a meus contatos em Peru, sem os quais não teria tido ideia de onde começar. Agradeço a Guillermo Rochabrún pela calorosa recepção, pelos contatos que me forneceu, pelas informações bibliográficas e pelas constantes trocas de e-mail. A Félix Reátegui por me introduzir no mundo da *Comisión de la Verdad y Reconciliación*, por me questionar em alguns aspectos metodológicos de meu Tcc e por se mostrar uma pessoa extremamente agradável e prestativa. A Victor Quinteros, pela conversas e trocas de ideias que tivemos, das quais surgiram a minha hipótese. A Jaime de Althaus, a Julio Cotler pelo seu tempo e paciência que tiveram para me fornecer dados e contatos; a Lucy Manrique da *CNDDHH*, pela enorme ajuda e pelo contato fornecido com as famílias das vítimas do conflito armado . Aos militares e policiais com os quais conversei sobre o conflito armado, me

fornecendo informações valiosas para a realização da minha monografia.

“Direitos do homem, democracia e paz são
três momentos necessários do mesmo
movimento histórico: sem direitos do homem
reconhecidos e protegidos não há
democracia; sem democracia não existem as
condições mínimas para a solução pacífica
dos conflitos”
Norberto Bobbio

“*Viday carajo valenñachu, quknin qamun
wañuchin, quknin qamun payakun*” (“Mi vida
no vale nada, carajo. Viene uno te mata.
Viene el otro, te pega”
Anônimo

RESUMO

Durante a década de 1990, o Peru foi quase uma caricatura da democracia. O presidente Alberto Fujimori, apoiado nas forças armadas e o serviço de inteligência peruano e com o discurso de pacificação e o crescimento econômico da nação, impôs um regime quase ditatorial, de dominação dos poderes, de dissolução do congresso, de manipulação dos meios de comunicação e de violações sistemáticas de direitos humanos. Fujimori colocou em evidência a histórica fragilidade do Estado peruano, tanto no campo dos direitos humanos, como no funcionamento de suas instituições. A partir de dados teórico-empíricos e da análise de entrevistas a atores-chave, este trabalho objetiva analisar as peculiaridades do contexto das violações de direitos humanos no regime Fujimori, considerando que, apesar de sua responsabilidade nas violações aos direitos humanos – pelo qual foi recentemente julgado e condenado – os regimes anteriores enfrentaram a luta contra o terrorismo produzindo um recorde maior de violações aos direitos humanos (traduzido num número maior de desaparecimentos e perdas de vidas humanas). Outro fator a ser considerado como peculiaridade do caso é que durante este governo, as violações se deram de maneira sistemática.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos, Autoritarismo, Terrorismo.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1: Camponeses da comunidade de Huayllay choram a morte de seus familiares assassinados pelo grupo Sendero Luminoso. Ayacucho, setembro, 1989.38**
- Imagem 2: Marcha pela Paz. Lima, 03 de novembro de 1989.67**
- Imagem 3: Maria Elena Moyano durante um ato público. Lima, 1992.71**
- Imagem 4: Depois de massacre senderista de Chuppac, ocorrido em abril de 1990, a comunidade se organiza em rondas campesinas com ajuda do exército. Ayacucho, 1990.74**
- Imagem 5: Presidiárias senderistas realizam uma homenagem a seu líder Abimael Guzmán num dos pavilhões do *Penal Castro Castro*, em Lima. Lima, 1991.75**
- Imagem 6: Rendição de senderistas depois das ações policiais no *Penal Castro Castro* com a finalidade de realizar o operativo *Mudanza Uno* em maio de 1992. Lima, 9 de maio de 1992.76**
- Imagem 7: Efetivos militares no campus da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* em maio de 1991. Naquela ocasião o exército instalou por primeira vez uma base militar no interior do campus universitário. Lima, maio de 1992.77**
- Imagem 8: Grupo de peritos examinam os corpos das vítimas de *Barrios Altos*.79**
- Imagem 9: Rua Tarata um dia depois do atentado senderista.....80**
- Imagem 10: Exumação dos corpos dos nove estudantes e o professor de *La Cantuta* enterrados em fossas clandestinas em Cieneguilla. Lima, julho de 1993.....81**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Planos militares de Sendero Luminoso e magnitude dos assassinatos cometidos por esta organização segundo o ano de ocorrência.....	37
Gráfico 2: Porcentagem da Dívida Externa Pública com relação ao Produto Interno Bruto 1980-1990.....	41
Gráfico 3: Taxas anuais de inflação entre 1980-1992.....	47
Gráfico 4: Taxas de aprovação de Fujimori no primeiro mandato como presidente da República (porcentagem de respostas favoráveis).....	56
Gráfico 5: Números de Mortos e desaparecidos, segundo principais agentes responsáveis por ano de ocorrência dos fatos.....	69

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Antecedentes do PCP-SL	32
Organograma 2: Estrutura partidária do PCP-SL.....	33

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Atuação do Sendero Luminoso a partir dos planos militares.....	35
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição do parlamento peruano, 1990-1992.....	50
Tabela 2 – Composição do <i>Congreso Constituyente Democrático</i> (CCD). 1993-1995.....	55
Tabela 3 – Conformação do Congresso da República, 1995-2000.....	57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP	Acción Popular
APRA	Alianza Popular Revolucionaria Americana
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
CNDDHH	Coordinadora Nacional de Derechos Humanos
CODEH	Comitê de Direitos Humanos
COFI	Comando Operativo del Frente Interno
CONADEH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
CPM	Comando Político-Militares
CVR	Comisión de La Verdad y Reconciliación
DINCOTE	Dirección Nacional contra el Terrorismo
DL	Decreto Ley
FFAA	Forças Armadas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FREDEMO	Frente Democrático
ILA	Início da Luta Armada
IU	Izquierda Unida
MIR-EM	Movimiento de Izquierda Revolucionaria – El Militante
MRTA	Movimiento Revolucionario Tupac Amaru
OEA	Organización de Estados Americanos
PAP	Partido Aprista Peruano
PCP-SL	Partido Comunista Peruano – Sendero Luminoso
PNP	Policía Nacional del Perú
PPC	Partido Popular Cristiano
PSR-ML	Partido Socialista Revolucionario Marxista-Leninista
SIN	Servicio de Inteligencia Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1. ANTECEDENTES AO REGIME FUJIMORI	26
1.1. Alguns aspectos da história política, social e econômica da República Peruana	26
1.2. Antecedentes da ascensão de Fujimori e o Início da Luta Armada (ILA)	28
1.2.1. Sendero Luminoso	31
1.2.2. Crise econômica.....	39
2. REGIME FUJIMORI.....	43
2.1. Ascensão de Fujimori.....	43
2.1.1. Crise das instituições democráticas peruanas.....	43
2.1.2. Eleição.....	45
2.1.3. Política Fujimori.	46
2.2. Que regime foi esse?.....	57
3. DIREITOS HUMANOS NO REGIME FUJIMORI.....	61
3.1. Importância dos Direitos Humanos.....	61
3.1.1. Movimento de Direitos Humanos e o Conflito Armado antes do governo Fujimori.	64
3.2. Situação dos Direitos Humanos no governo Fujimori – Violações do Sendero Luminoso e das forças da ordem.....	67
3. Reflexões sobre a sistematização da estratégia contrassubversiva	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
ANEXOS.....	96

ANEXO 1: Mensaje a la nación del presidente del Perú Ingeniero Alberto Fujimori Fujimori, El 5 de abril de 1992.	96
ANEXO 2: Mensaje a la nación – La captura de Abimael Guzmán. El comercio, 14 de setembro 1992.	103
ANEXO 3: Mensaje presidencial. El comercio, 25 de julho de 1992.	104

INTRODUÇÃO

Um país que não conhece a sua história é um país que não tem um presente nem um futuro. A história do conflito armado no Peru e das constantes violações aos direitos humanos merece ser conhecida para que não se volte a cometer os mesmos erros do passado.

Minha inquietude em trabalhar com o tema de violações de direitos humanos surgiu na época em que estudava direito. O questionamento em relação à preservação e respeito aos direitos humanos foi se tornando cada vez maior quando iniciei meus estudos nas ciências sociais; fazendo-me questionar até que ponto o ser humano abriria mão de seus direitos para conseguir viver em sociedade.

O direito construído historicamente e socialmente, calcado nos ideais da defesa das liberdades individuais, sociais e políticas estabelece parâmetros conjuntos a uma sociedade democrática. O direito se apresenta como um conjunto de normas capaz de organizar a vida do homem em sociedade. Segundo Melgaré (2002), o direito pode ser considerado uma alternativa viável à essencial e caracterizadora condição humana de coexistência. Embora o conceito de direitos humanos esteja naturalizado na mente da população, juridicamente estes são uma prerrogativa que todo indivíduo tem frente aos órgãos de poder para preservar a sua dignidade como ser humano; ou seja, são os que garantem e protegem os direitos fundamentais do indivíduo para que se possa viver dignamente como ser humano (Correia, 2005; Melgaré, 2002)

O conflito armado peruano iniciado pelo Sendero Luminoso foi um dos momentos de instabilidade política e socioeconômica que o Peru enfrentou na sua história como nação. Durante esse período a população peruana, especialmente da região andina e da selva, foi vítima de constantes violações de direitos humanos. Após 12 anos da ditadura militar (1968-1980), a abertura democrática no país se encaminhou para governos que adotaram políticas neoliberais. A esquerda peruana não concordava com as forças políticas que se estabeleceram no poder com o novo sistema democrático, pois acreditava que o neoliberalismo acentuaria mais as diferenças socioeconômicas da população. É diante desta conjuntura que correntes mais radicais da esquerda decidem iniciar a luta armada, para derrocar o governo e implementar uma nova democracia baseada em ideais marxistas-leninistas-maoistas.

A crescente onda de terror e a falta de uma estratégia contrassubversiva dos governos de Belaunde (1980-85) e Garcia (1985-

90) fizeram com que a população perdesse a confiança no Estado, criando, desse modo, uma sensação de constante temor e insegurança. É durante o governo Fujimori (1990-2000) que o termo pacificação surge pela primeira vez no país. Esse termo foi empregado desde o primeiro momento do governo Fujimori, com o sentido de indicar que medidas necessárias deviam ser tomadas para por fim ao conflito, e para isto era necessária uma estratégia militar eficaz na luta contra o terrorismo.

Embora não exista uma definição uniforme e precisa de terrorismo; o Estado peruano o classificou como atos de violência planejada e sistemática contra a vida, a saúde e a liberdade das pessoas; criando uma situação de insegurança e perigo coletivo (CVR, 2004). Porém, é preciso reconhecer que o terrorismo tem, conforme Wieviorka (1992), o propósito de modificar a ordem política estabelecida através da violência.

Neste trabalho serão adotados, quando me referir ao Sendero Luminoso e ao MRTA, além do termo grupos terroristas, os termos subversivos, rebeldes ou guerrilheiros que são usados como sinônimos na literatura jurídica sobre o tema.

Uma vez que o Estado peruano classifica os grupos de extrema esquerda como terroristas, decide deixar a estratégia de combate a cargo de suas forças armadas. A solução militar para este problema político gerou mais violência aumentando o clima de instabilidade no país.

A chegada ao poder do presidente Fujimori e a sua “estratégia de pacificação” fizeram com que a população peruana tivesse a esperança de que o terrorismo no país iria acabar. O apoio da população ao discurso de pacificação do país deu garantias para que Fujimori estabelecesse um governo autoritário no qual pudesse assumir o controle total para acabar com a subversão. Isso levou a que o governo estabelecesse um sistema de inteligência estruturado com o intuito de reprimir de maneira seletiva aqueles que eram considerados terroristas e opositores do governo.

A partir do que foi apresentado, considero a hipótese de que as violações aos direitos humanos durante o governo Fujimori foram sistematizadas. Quando utilizo o termo sistematizado parto do pressuposto de que havia um plano específico de combate aos grupos terroristas, ou seja, existia uma estratégia militar organizada para eliminar os subversivos. Desta forma, surge o questionamento de como se deu essa sistematização e se na execução desta estratégia o respeito aos direitos humanos não era considerado pelo Estado.

Nesse sentido, para iniciar um processo de análise sobre as violações de direitos humanos, é necessário tomar em conta a história cultural, social e política do país.

Para responder a estes questionamentos, esta pesquisa tem como objetivo geral reconstruir e analisar as violações aos Direitos Humanos durante o governo Fujimori (1990-2000) acontecidas nas áreas de conflito armado por parte do Estado peruano.

Com relação aos objetivos específicos procurei definir as seguintes intenções:

- a) analisar como se constituiu o governo Fujimori;
- b) analisar em que medida o discurso de pacificação se tornou legítimo contra os direitos humanos.
- c) analisar como se deram as práticas repressivas no combate ao terrorismo.

Como recurso metodológico para a elaboração desta monografia, realizei pesquisa bibliográfica de obras de diversas áreas do conhecimento, envolvendo discussões de ciência política, sociologia e direito internacional, em especial aquelas relacionadas à temática dos direitos humanos. Além disso, fiz um levantamento de literatura específica sobre o conflito armado durante o governo Fujimori, os grupos subversivos e a atuação do Estado. Também foram coletados dados de artigos e matérias jornalísticas relacionadas às atuações do Sendero Luminoso e do Estado peruano, e documentos obtidos em *sites* vinculados a organizações de defesa de Direitos Humanos, do Ministério de Justiça e do Instituto de Defesa Legal. Num segundo momento, realizei levantamentos de dados primários no Peru: entrevistas semiabertas com agentes sociais ligados a órgãos de Direitos Humanos, as forças armadas e policiais do país; com o intuito de verificar como se deu a sistematização da estratégia antissubversiva e as consequentes violações aos direitos humanos.

O tema proposto para esta pesquisa envolve acontecimentos recentes da história latino-americana, sobre os quais vem sendo realizados diversos trabalhos na área do Direito, mas que vem sendo pouco estudado pela Sociologia Política – especialmente no Brasil. Assim, ao mesmo tempo em que a literatura da área pode contribuir para um melhor entendimento desta realidade, este estudo pode vir a trazer novas contribuições para se pensar questões teóricas desta área de conhecimento.

Decorrentes dessas ponderações, a pesquisa está organizada com a seguinte estrutura: i) no primeiro capítulo apresenta-se ao leitor, de

maneira geral, as conjunturas socioeconômicas e políticas no Peru que levaram aos movimentos de esquerda a iniciar a luta armada, e que por sua vez, levaram Fujimori ao poder; ii) o segundo capítulo apresenta alguns aspectos referentes aos direitos humanos: sua conceituação teórica, sua situação no Peru antes da ascensão de Fujimori e como foram tratados durante o regime Fujimori. Neste capítulo também se falará de algumas violações cometidas pelo Estado peruano contra a população na sua luta contra o terrorismo; iii) o terceiro capítulo discute sobre os três requisitos pilares da sistematização da estratégia antissubversiva, fazendo-se uma análise sobre a humanização da guerra, o autoritarismo do Estado e a conseqüente dualidade na sistematização da guerra; iv) por fim, nas considerações finais, é feita uma sintética análise dos capítulos anteriores, apontando que a estratégia contrassubversiva e a sistematização da violência se deram pelas condições precárias da democracia no país e pelo estabelecimento de um governo autoritário que se auxiliando do conceito do terror ganhou o apoio da população.

1. ANTECEDENTES AO REGIME FUJIMORI

1.1. Alguns aspectos da história política, social e econômica da República Peruana

As abordagens a seguir servirão de subsídio para as temáticas das próximas subseções. Através de um rápido apanhado de alguns aspectos da história política, social e econômica do Peru, pretende-se fazer com que o leitor possa compreender o contexto da realidade peruana; e, conseqüentemente, entenda como e em que circunstâncias surgem os grupos subversivos, assim como, o posicionamento do Estado peruano e de diversos setores da sociedade.

O Peru é um país que sofre de um dualismo estrutural na sua formação como Estado-nação, ou seja, apresenta contrastes e disparidades socioculturais entre as regiões do litoral e da serra. O litoral detém os setores econômicos com mais alta produtividade do país; possui a maior parte dos meios de comunicação e uma população com relativa possibilidade de gozar plenamente de seus direitos civis, sociais e políticos. Enquanto na serra, que possui uma população de origem predominante indígena e que mantém como idioma o quechua, o Estado está menos presente e os índices de desenvolvimento social são muito baixos (reduzido acesso a educação, baixa renda, baixo acesso a tratamento de saúde); seu sistema de produção é praticamente pré-industrial, com exceção dos setores de mineração que pertencem ao capital estrangeiro. Cotler (1994) explica que estas características podem ser resumidas da seguinte forma; o litoral como uma região “*en desarrollo, modernizante, occidental*”, enquanto se define a serra como uma região “*subdesarrollada, tradicional, indígena*”, demonstrando que a serra não se encontra incorporada ao país, sofrendo marginalização por parte da sociedade litorânea.

A história política do Peru moderno começa no século XX. Na década de 1920 surgiram alternativas políticas que questionavam o poder político e intelectual oligárquico então regente na República peruana. Segundo Tanaka (1998:15) “*estas alternativas estuvieron basadas en cuerpos ideológicos más o menos acabados y plantearon un programa integral de transformaciones*”. A partir deste momento criam-se correntes de pensamento como o *aprismo* de Victor Raúl Haya de la Torre e o socialismo de José Carlos Mariátegui; tendo sempre em mente a modernização do país.

O surgimento destas novas correntes políticas, o constante cenário de conflito político entre as mesmas e a possibilidade do enfraquecimento do *status quo*, serviram de alavanca para o surgimento de regimes militares entre os breves e parciais governos democráticos no país. Até 1968, o Peru experimentou alternâncias de governos militares e governos civis. É só em 1980 que se começa a vivenciar uma democracia “plena”, pois se permite a participação da Aliança Popular Revolucionária da América (Apra), dos partidos de esquerda e da inclusão dos direitos políticos aos analfabetos.

No âmbito econômico, especificamente nas décadas de 1930 e 1940, a agricultura aparecia como principal atividade do país. As terras estavam a cargo dos grandes latifundiários, ou chamados barões do algodão e do açúcar, os quais detinham o poder econômico da nação. A distribuição do capital permaneceu marcadamente desigual; da população economicamente ativa, os 33% mais pobres detinham apenas 5% da renda total, enquanto o 1% mais rico detinha 31% da renda nacional¹; colocando o Peru dentre os países com maior desigualdade econômica entre os países da América Latina.

No governo militar de Velasco (1968-1975) com o intuito de reduzir a desigualdade, adotam-se medidas de reforma econômica entre as quais se destacam a reforma agrária, a nacionalização de empresas estrangeiras e a participação dos ganhos capitalistas. Embora houvesse um aumento do desenvolvimento econômico, estas reformas foram pouco significativas porque a maioria dos camponeses ficaram fora do programa de reforma agrária e conseqüentemente isto determinou a não alteração da ordem dos grupos sociais na pirâmide da renda nacional.

Em inícios da década de 1970, o governo investe no setor da pesca, da mineração e da indústria como uma forma de se adaptar ao mercado internacional; porém, o Estado mantém um modelo econômico subsidiário e dependente, o qual Gonzales (1995) denomina de modelo de crescimento primário-exportador semi-industrial dependente. Neste modelo são adotadas soluções exógenas² que eram pouco favoráveis para o desenvolvimento de sua economia; o que demonstrava claramente que havia uma contradição entre o ideal e o real. Esta contradição, segundo Florestan Fernandes (1969), se dá porque as

¹ Fonte: INEI – Censos Nacionais de 1930 e 1940.

² Entenda-se por medidas exógenas as tentativas de solucionar as crises econômicas através da melhoria dos preços internacionais dos bens de exportação ou das políticas de choque por pacotes econômicos que buscavam estabilizar a economia.

sociedades capitalistas subdesenvolvidas absorveram os padrões de organização econômica, social e política da civilização ocidental moderna, mas segundo arranjos econômicos, sociais e políticos que refletem a dupla polarização da ordem econômica e os impactos inibidores da herança colonial.

1.2. Antecedentes da ascensão de Fujimori e o Início da Luta Armada (ILA)

Em 1968, o regime político sofre uma variação substancial com a tomada do poder pelas Forças Armadas. O poder fundamental estava centrado no presidente e em seus três comandantes gerais das instituições armadas (Exército, Marinha e Força Aérea); embora os partidos políticos não tenham sido fechados, o regime militar impôs uma severa limitação à vida política partidária, e por este motivo os partidos políticos deixaram de ter significativa ação no cenário político.

A legitimidade do governo militar é adquirida por uma ideologia nacionalista, pela crítica radical do poder oligárquico e pela implementação de um modelo de desenvolvimento baseado na intervenção do Estado, que exigem reformas urgentes para mudar a situação sociopolítica e cultural do país. Essas mudanças, embora não implementadas de forma satisfatória, foram as que ajudaram a manter a legitimidade do regime militar até 1974; época na qual o governo começa a ficar desgastado pela falta de alianças políticas, pelo crescente autoritarismo e pelo despreparo de enfrentar a crescente crise econômica que tomava conta do país.

A transição política do regime militar para o democrático mostrou-se pacífica e indicava que haveria apoio incondicional da população; já que pela primeira vez na história do país permitiu-se a participação de partidos políticos de esquerda e de representantes do “movimento popular” no processo eleitoral. Contudo, alguns setores da esquerda – o *Partido Socialista Revolucionario Marxista-Leninista (PSR-ML)*, *Movimiento de Izquierda Revolucionaria – El Militante (MIR-EM)*³ e o *Partido Comunista Peruano – Sendero Luminoso (PCP-*

³ O Partido Socialista Revolucionario Marxista-Leninista se formou amparado a correntes dissidentes do Partido Socialista Revolucionário. O Movimiento de Izquierda Revolucionaria – El Militante era um dos núcleos do Movimiento de Izquierda Revolucionaria. A unificação do PSR-ML e o MIR-EM deram origem ao MRTA (Movimiento Revolucionario Túpac Amaru).

SL) – não concordavam com o processo de transição e a política do Estado que se direcionava a um modelo neoliberal. Estes partidos compreendiam que o novo regime constitucional se mostrava cada vez mais burguês e marginalizador dos setores mais pobres da população peruana.

O governo iniciou suas funções deixando a antiga estrutura do governo militar, ou seja, a instituição militar mantinha um alto grau de autonomia na execução de suas tarefas de defesa e segurança nacional; não se realizaram trocas significativas no orçamento militar e se continuou mantendo os ministérios de Guerra, Marinha e Aeronáutica durante todo o período governamental. Isto provocou uma série de reações por parte dos setores sociais que se sentiram “traídos” pelo governo; resultando em protestos, greves e o início da luta armada por parte de Sendero Luminoso.

Os senderistas viam o Estado como um instrumento de domínio de uma classe social sobre a outra, transformando-se, assim, em inimigo das classes sociais menos privilegiadas, neste caso os camponeses. A luta armada se dá justamente porque o Estado, segundo Wiewiorka (1992: 171)

...se convierte en objeto y por tanto en obstáculo que debe ser eliminado, mientras que el propio terrorista se autodefine, de manera muy subjetiva, como la más alta expresión de la Historia, del Proletariado, de la Nación o de la Comunidad.

Desde o início do governo de Belaunde (1980-85), os grupos subversivos foram atores-chave do cenário político; já que exigiram do Estado a formulação de estratégias político-militares para neutralizá-los. O presidente não demonstrou muito interesse nas ações dos grupos subversivos, pois: 1) se acreditava que eram grupos marginais que

Inspirado nos movimentos guerrilheiros da Revolução Cubana, o MRTA se apresenta como uma alternativa para o radicalismo do Sendero, assim como ao governo estabelecido. Segundo Younger (2003) o MRTA foi uma alternativa atraente para quem ainda acreditava na necessidade de uma revolução, porém não aprovavam a forma pela qual Sendero estava levando a revolução. MRTA buscou apoio das organizações populares existentes e fez ações chamativas, as quais Younger denomina ações do tipo Robin Hood, pois este grupo roubava caminhões que transportavam alimento para depois repartir a carga aos bairros pobres; estas ações tiveram resultado positivo para o MRTA, o qual ganhou o apoio popular e de alguns activistas contrários ao Sendero. Porém a luta com Sendero pelo território de atuação, fizeram com que o MRTA adotasse políticas de ação similares aos senderistas.

queriam chamar a atenção do Estado, 2) suas ações estavam concentradas em setores do interior do país, 3) tratava-se de um problema policial e não político, assim a intervenção policial seria suficiente para acabar com eles. A inércia governamental e as políticas neoliberais adotadas pelo Estado trouxeram respostas violentas por parte dos grupos subversivos.

O informe final da *Comisión de la Verdad y Reconciliación* (2004) indicou que o primeiro obstáculo para um enfoque eficaz da subversão foi o diagnóstico do problema e da confusa caracterização da organização responsável pelos atos de terrorismo e sabotagem. O despreparo do Estado trouxe consigo a violência política, tendo como resposta imediata a intervenção das Forças Policiais e, em seguida, das Forças Armadas; os quais não tomaram as devidas precauções para proteger os direitos de cidadania.

Em consequência, o governo Belaunde tomou as seguintes medidas: declarar estado de emergência e promulgar o delito de terrorismo⁴, o qual estabelecia normas processuais para punir as ações dos subversivos. Para o Estado o terrorismo é, segundo Wiewiorka (1992:170) “*un método de acción, utilizado por un actor político que, por debilidad o por cálculo, se mantiene dentro de un espacio político determinado, o busca penetrar en él, a través del terror*”. Baseado neste conceito o estado peruano define o terrorista como aquele que

[provoque o mantenga] un estado de zozobra, alarma o terror en la población o un sector de ella, cometiére actos que pudieren crear peligro para la vida, la salud o el patrimonio de las personas o encaminados a la destrucción o deterioros de edificios públicos o privados, vías y medios de comunicación o transporte o de conducción de fluidos o fuerzas motrices [...] ocasionar grave perturbación de la tranquilidad pública o de afectar las relaciones internacionales o la seguridad del Estado [...] CVR, 2004:213.

O governo de García (1985-90) via as ações dos senderistas como algo injustificado; e que recebiam apoio do povo porque eram pessoas de regiões onde o sistema político e os partidos não tinham alcance e no

⁴ Decreto Lei nº 46 de 1981.

qual Sendero Luminoso tinha se apresentado como uma alternativa para esta deficiência do Estado. Consequentemente, o Estado reconhece que os subversivos (Sendero Luminoso e MRTA) contavam com componentes ideológicos – possuíam no grupo diretrizes compostas por agentes medulares do terrorismo – e que tinham, além disso, um número grande de militantes. Com isto, o presidente reconheceu que o Estado se encontrava debilitado, e que por este motivo era necessário que houvesse desenvolvimento econômico e social no país e, sobretudo, nas regiões em que os subversivos estavam presentes; pois só assim poderiam ser desarticulados esses grupos de inteligência.

Embora em desacordo com as políticas antissubversivas de seu antecessor, o governo *aprista* não conseguiu estabelecer uma política contrassubversiva. Apesar de ter tomado diversas medidas para gerar desenvolvimento socioeconômico, continuou não tendo uma estratégia definida para lutar contra os senderistas. Levando em conta à incapacidade em conter a crescente subversão, o governo demonstrou preocupação pelas denúncias feitas por violações aos direitos humanos e imediatamente depôs militares que estavam envolvidos nos massacres de Pucayanu e Accomarca. Mesmo assim não conseguiu que as matanças, desaparecimentos e encarceramentos arbitrários continuassem.

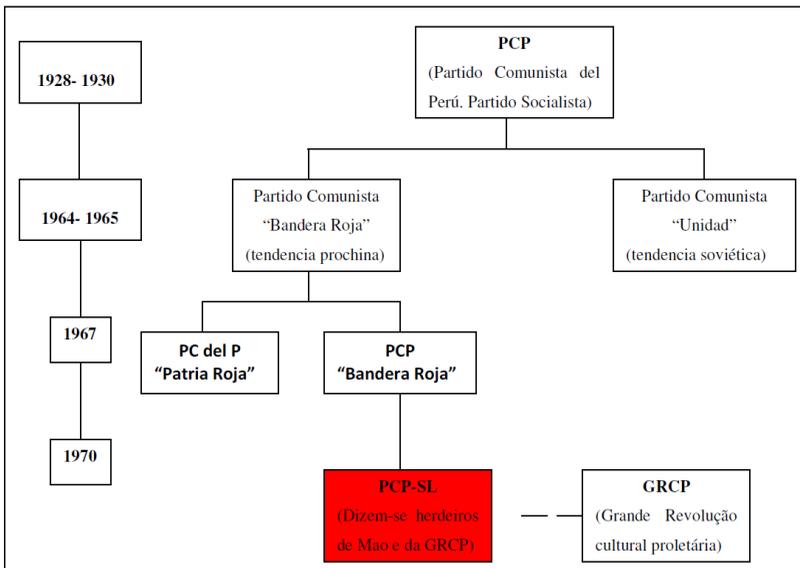
As inalteráveis divisões e prejuízos sociais, raciais e regionais; somado à política do clientelismo, de ações paramilitares e a persistente violação de direitos humanos ocasionaram a revolta e indignação da sociedade e das esquerdas. Este fracasso do populismo *aprista* trouxe a quebra da legitimidade do regime político, pondo em evidência a precariedade e o insucesso da democracia representativa peruana.

1.2.1. Sendero Luminoso

A organização subversiva Sendero Luminoso é um dos principais atores da luta armada e cujas ações ocasionaram a morte de milhares de peruanos. Aparece num contexto onde a desigualdade social, a marginalização da população andina e o racismo são constantes na sociedade peruana.

O PCP permaneceu como um ator secundário na política peruana entre as décadas de 1930 e 1950. A controvérsia chinês-soviética sobre o tema da violência como o meio para a revolução, trouxe a divisão do partido comunista peruano; é através desta divisão que surge o *Partido*

Comunista Bandera Roja. Abimael Guzmán decidiu separar-se do PCP Bandera Roja e formar seu próprio partido, surgindo em primeiro instante o *Frente Estudiantil Revolucionario "Por el Luminoso Sendero de José Carlos Mariátegui"* na *Universidad Nacional de San Cristóbal de Huamanga* em Ayacucho, que posteriormente tornar-se-ia o *Partido Comunista del Perú/Sendero Luminoso (PCP/SL)*. Este processo de desmembramento que deu origem ao Partido Comunista Peruano – Sendero Luminoso pode ser observado no organograma 1.



Organograma 1: Antecedentes do PCP-SL

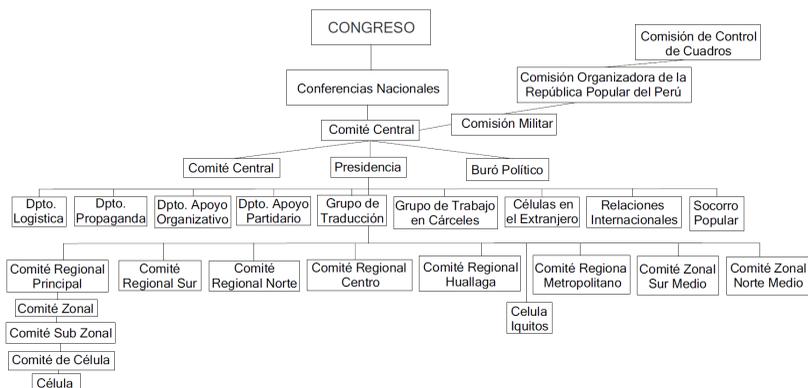
Fonte: Informe final da CVR. 2004

A ideologia política de Sendero Luminoso está baseada em ideias marxistas-leninistas-maoistas. Deste conjunto de concepções surge o “pensamento Gonzalo⁵”, o qual pretendia construir um “partido de quadros, seletos e secretos”, e ao mesmo tempo projetava o estabelecimento do comunismo através da unificação das leis da dialética; da universalidade da guerra popular; da necessidade da guerra

⁵ O líder do PCP-SL Abimael Guzmán, a partir de 1983, passa a ser chamado de Presidente Gonzalo. Isto por três motivos: por ser presidente do Comitê Central, presidente da Comissão Nacional Militar e presidente da Comissão Organizadora da “República Nueva Democracia”.

partir do campo para a cidade⁶; da militarização do Partido Comunista e da sociedade; e a necessidade de revoluções culturais após o triunfo da revolução.

Guzmán soube utilizar bem a tese de Marx⁷ e Lenin sobre a formação de um partido único, estruturando a organização do partido através do treinamento político militar de seus integrantes. Este treinamento era dado na China e na Coréia do Norte; os militantes senderistas recebiam treinamento básico sobre os textos marxistas e teoria de guerra de guerrilha. Como forma de obter sucesso no seu objetivo, o partido criou conferências nacionais para debater as estratégias da luta armada, formou comitês regionais para organizar a vida social e econômica das comunidades e a implantação de uma economia autárquica⁸; demonstrando, assim, que Sendero Luminoso possuía uma organização política muito bem estruturada, como é apresentada no organograma a seguir.



Organograma 2: Estrutura partidária do PCP-SL

Fonte: Jiménez, B. Inicio, desarrollo y ocaso del terrorismo en el Perú. Tomo I, Lima: Sanki, 2000. p. 528.

⁶ Para Gonzalo, o *campesinato* era a força principal da revolução.

⁷ Abimael Guzmán reinterpretou o Manifesto Comunista e a ideologia marxista segundo aos interesses políticos do partido senderista.

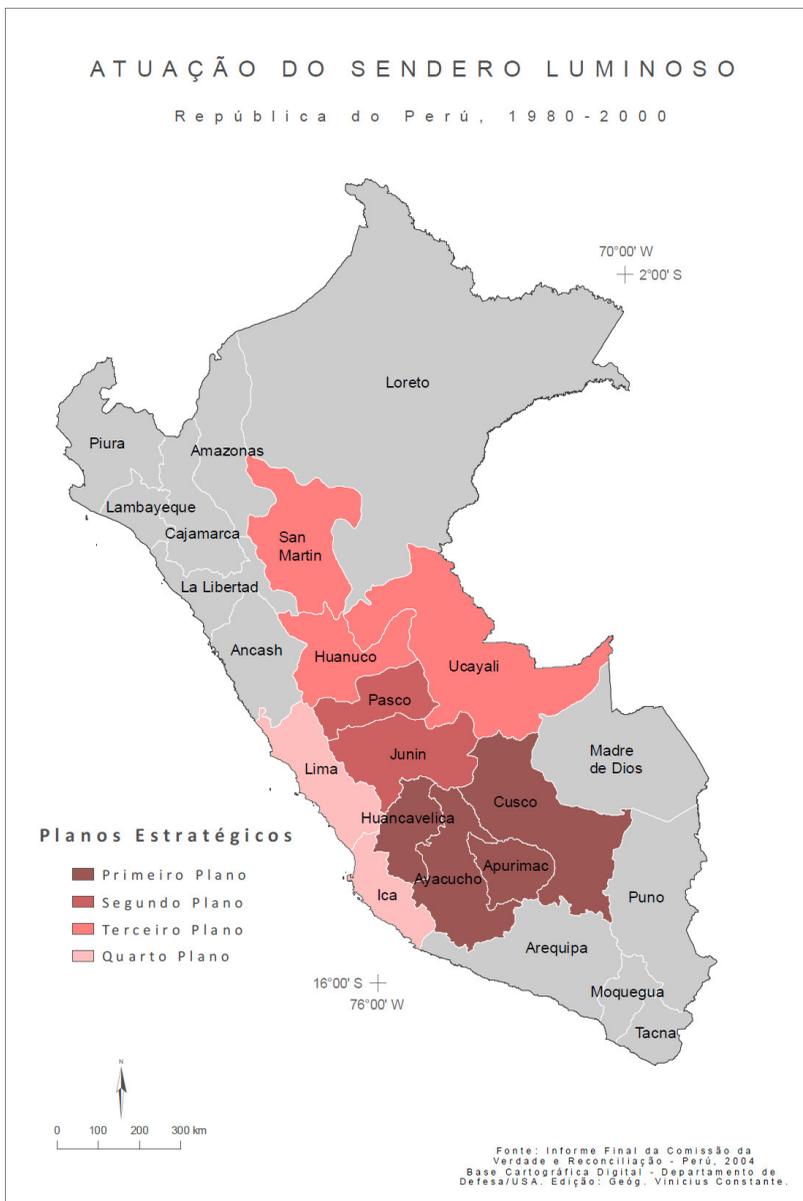
⁸ A visão idealizada de Guzmán de um *campesinado* autárquico, alheio aos mecanismos de mercado e dedicado à produção de autosubsistência, não correspondia à realidade das zonas mais atrasadas de Ayacucho, nem da serra central cujo campesinado está fortemente ligado ao mercado.

Para Guzmán o Estado peruano é a ditadura da classe proprietário-burocrática, a qual concentra todos seus meios na capital, deixando esquecida a região andina. É por esta razão que o Estado deve ser combatido com violência, porque ele se tornou o produto e a manifestação do caráter irreconciliável das contradições de classe (Amayo et. al., 1988).

Para Sendero, a violência contra o Estado é (ou era) um meio eficaz para obter seus fins políticos. Wieviorka (1992) afirma que o terrorismo pode ter todos os atributos da mais alta racionalidade, elaborando estratégias sofisticadas e fazer alianças instrumentais com outros atores, como no caso de Sendero que fez aliança com narcotraficantes para controlar territórios estratégicos para o conflito armado.

Sua atuação foi inicialmente dirigida às comunidades andinas, em especial aos bairros periféricos e localidades rurais dos departamentos de Ayacucho, Huancavelica, Apurímac, Junín e parte de Cuzco; inserindo-se inicialmente nas escolas. Muitos dos seus militantes eram professores e tinham por finalidade captar simpatizantes; difundindo uma ideologia política comunista, na qual os camponeses eram informados sobre a sua condição de subjugados pelas classes proprietário-burguesa do país e, conseqüentemente, instruídos a levantar-se em armas e iniciar o processo de revolução contra o sistema opressor. Essa ideologia de ruptura com a ordem estabelecida fazia com que os estudantes camponeses se sentissem parte, conforme indica a CVR (2004:91), de *“una organización que encuadraba sus vidas y una identidad totalizante que los hacía sentirse parte de la vanguardia de la revolución mundial como militantes de una organización totalitaria y opresora”*.

Conforme o mapa a seguir, a estratégia de guerrilha implementada pelo grupo revolucionário baseava-se em quatro planos militares. Uma vez organizado o partido e estruturados sua tática de guerra, o grupo dá início a seu primeiro plano: o Início da Luta Armada (ILA). Atuando às vésperas das eleições presidenciais de 1980, num aglomerado rural na Província de Cangallo, departamento de Ayacucho, queimando as urnas eleitorais. Este primeiro plano tinha como finalidade a ofensiva militar do PCP-SL; iniciando, assim, os denominados *“grupos armados sin armas”*, tendo como objetivo formar destacamentos guerrilheiros e, os quais num primeiro instante conseguiam seu armamento roubando dinamite em minas distantes ou assaltando policiais.



Mapa 1: Atuação do Sendero Luminoso a partir dos planos militares

Suas ações imediatas foram atentados a delegacias de polícia, conselhos provinciais, prefeituras, locais de partidos políticos, agências bancárias e empresas estrangeiras. Em 1982, conseguiram realizar sua ação mais importante, invadindo o presídio de Huamanga, no departamento de Ayacucho. Esta ação tinha por objetivo resgatar os senderistas ali detidos.

Após estes acontecimentos, Abimael Guzmán decide dar início a seu segundo plano militar: Expandir a Guerra de Guerrilhas. Neste plano destacam-se duas decisões que são fundamentais para identificar o rumo da guerra popular senderista; a “cota”⁹ e “arrasar o campo”. Ambas eram indispensáveis para o sucesso da revolução, tinham como objetivo matar e deixar vazios de poder – enfraquecer o Estado – para que consequentemente se instalasse os comitês populares sob o comando senderista.

Estas ideias trouxeram uma onda de assassinatos (como mostrado no gráfico 1) da maneira mais brutal de policiais, camponeses, funcionários públicos, sindicalistas e governantes municipais e departamentais. As ações violentas contra os membros do Estado se refletiam em atos de crueldade, como cita a CVR (2004) do caso da invasão do posto de polícia de Tambo, onde os senderistas prendem e torturam os policiais jogando ácido nos seus rostos. Estes atos de crueldade, segundo Wieviorka (2003:163) “*viene a indicar que la subjetividad del actor resulta llevada al mal por la violencia que comete en el cumplimiento normal de su tarea...*”.

⁹ A chamada Cota (Couta) consistia na “doação” de algum membro da família dos camponeses para a luta armada. Os que se opunham as cotas eram assassinados, servindo de exemplo aos outros membros da comunidade.

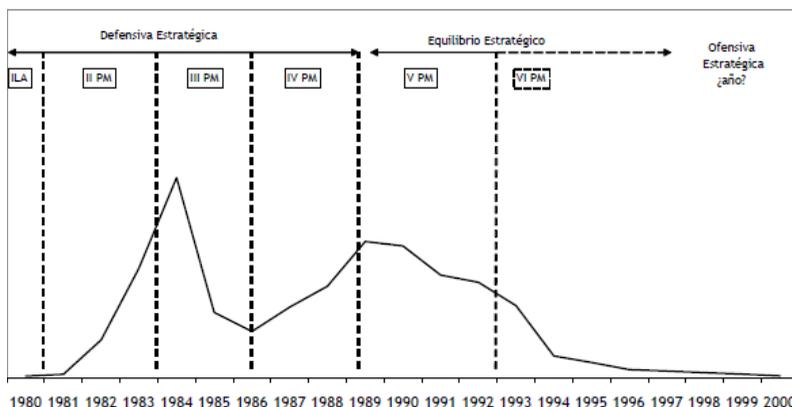


Gráfico 1: Planos militares de Sendero Luminoso e magnitude dos assassinatos cometidos por esta organização segundo o ano de ocorrência.
Fonte: CVR (2004)

Em 1983 se dá início ao terceiro plano militar: Conquistar Bases de Apoio. De acordo com informações da CVR (2004), os grupos senderistas adotaram uma atitude mais coercitiva perante os camponeses; em consequência, aumentaram os aniquilamentos de quem se posicionava contra, e multiplicaram-se os assassinatos das autoridades comunais e camponeses de melhor status social, os quais eram identificados como “inimigos do povo”. Isto implicou no aniquilamento seletivo das pessoas “importantes” e a imposição de jovens sem formação política como chefes locais. O despreparo político destes jovens se refletiu na não separação do público com o privado, levando para o âmbito da revolução seus interesses pessoais ou familiares; e, por conseguinte, ocasionou o descontentamento e rejeição da população.

Os descontentamentos trouxeram consigo pequenas rebeliões por parte dos camponeses. A resposta imediata, a esta atitude tomada pelos camponeses, foram uma série de matanças como a de Lucanamarca, Huayllay (Imagem 1), entre outras, onde, segundo relatos das vítimas à CVR (2004), à medida que os senderistas iam as comunidades assassinavam todos aqueles que eram considerados delatores, desertores ou aos que se aliavam as forças armadas e policiais.



Imagem: 1: Camponeses da comunidade de Huayllay choram a morte de seus familiares assassinados pelo grupo Sendero Luminoso. Ayacucho, setembro, 1989.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. Foto de Alejandro Coronado

O conflito começou a sair gradualmente do espaço rural para concentrar-se nas cidades e também na selva central. Na selva central, o PCP-SL tinha um esquema de infiltração e captação de líderes das comunidades nativas. Os atentados continuaram a fazer parte da estratégia de expansão do movimento subversivo; sendo que cada vez que se ingressava em alguma cidade da região amazônica, os alvos principais eram os postos de polícia e os prefeitos; outros pontos atacados e que tiveram grande repercussão foram a *Estación Experimental de Tulumayo* e as instalações da empresa *Palma del Espino*, em Uchiza.

As organizações de narcotráfico foram de grande utilidade para o desenvolvimento de Sendero na selva central. Relatos da CVR (2004) indicam que o narcotráfico fez que os senderistas desenvolvessem uma política pragmática de coexistência que incluía a cobrança de *cupos* pelos aviões monomotores que continham carregamento de droga, a proteção do transporte da droga e eventuais alianças para o controle dos territórios. Esta aliança garantiu a expulsão da polícia e, conseqüentemente, a realização de “juízos populares” nos quais as pessoas que se opunham à organização senderista fossem assassinadas.

A estratégia senderista também estendeu a violência nas cidades, especialmente em Lima. Ampliou-se o plano de ação nas universidades – especialmente a Mayor de San Marcos e La Cantuta – para captar novos militantes que pudessem agir na cidade; também se deu atenção especial para atrair à pequena burguesia, composta por intelectuais, artistas, professores e estudantes. Igualmente trabalharam nas zonas periféricas de Lima onde se infiltraram em fábricas, no movimento de operários e trabalhadores classistas.

Os crescentes ataques as torres de alta tensão – que provocavam os apagões – as ondas de assassinatos de autoridades, os atentados com carros bomba e as chamadas para que a população acate os *paros armados*; criando um clima de instabilidade e, por conseguinte, fez com que o governo colocasse Lima e o Callao em estado de emergência, dando visibilidade a guerrilha frente à opinião pública nacional e internacional. Isto foi considerado pelos senderistas como um grande sucesso, pois estavam pondo em cheque a “hegemonia” do Estado peruano.

1.2.2. Crise econômica

O Peru na década de 1990 estava numa das etapas mais críticas da sua história. O crescente número de mortos e de violações direitos humanos devido a uma intensa guerra interna; e o colapso econômico de uma profunda recessão e uma inflação desenfreada.

A inesperada queda dos preços das matérias primas no mercado internacional e o aumento das taxas de juros fizeram com que – a partir de 1981 - houvesse uma redução do ingresso de divisas no país e aumentasse a sua dívida externa. As catástrofes naturais causadas pelo fenômeno do *El niño*, em finais de 1982, potencializou a gravidade da situação econômica do país.

Perante esta situação e o bloqueio econômico por parte da comunidade financeira internacional; em 1982, o governo Belaunde decide adotar uma política de ajuste econômico implementado pelo FMI. Este programa tinha como meta o controle do déficit fiscal, implantando-se políticas de redução do orçamento nacional, incrementação de tarifas públicas e a desvalorização da moeda nacional;

o *Sol*. Estas medidas ‘ortodoxas’ ocasionaram uma forte recessão¹⁰ no país, tendo como consequência o empobrecimento da população e do Estado; e o não pagamento da dívida externa.

Em 1985, com o novo governo, o Estado opta por não seguir as políticas implementadas pelo FMI e inicia uma política econômica ‘heterodoxa’; Tanaka (1998: 43) explica que isto se deve a “*la percepción de la ineficacia de los programas ortodoxos condujo a que en algunos países se intentaran políticas alternativas, que lograran controlar la inflación sin los efectos recesivos asociados a los ajustes convencionales*”. Segundo Crabtree (2005), a posição ‘heterodoxa’ de García baseava-se em duas ideias relacionadas entre si: o pagamento da dívida externa depende da reativação da economia e, o potencial da economia peruana era suficiente para aumentar de forma significativa a oferta.

Para reativar a economia era preciso que houvesse consumo interno; é por este motivo que García apresenta uma estratégia baseada na criação de uma nova moeda – o *Inti* –, congela os preços básicos, os salários e as taxas de câmbio relativo ao dólar, e estipula o pagamento da dívida externa em 10% das exportações peruanas. Tudo isto se daria através da inflação induzida que, a longo prazo, recuperaria o poder aquisitivo dos peruanos e, assim, haveria mais crescimento econômico e mais arrecadações tributárias.

De início, esta estratégia econômica surtiu efeito; os resultados foram significativos refletindo-se, como indica o gráfico abaixo, numa grande redução da inflação (de 12,5% para 3,5%), e na recuperação da economia, a qual cresceu 10% em 1985. Porém, todo este milagre econômico não impediu que os problemas se agravassem. Dentre estes problemas estava a pouca arrecadação nacional, a falta de investimentos para apoiar a crescente economia e o déficit da balança comercial.

¹⁰ Os investimentos caíram de 21,2 % do Produto Interno Bruto (PIB), em 1982, para 12,2 % em 1985. Em 1982, a economia peruana não cresceu e, em 1983, o crescimento foi negativo: - 12,2 %. Em 1980, o ingresso *per cápita* era de 1,232 dólares por peruano, em 1985 reduziu para 1,050 dólares *per cápita*.

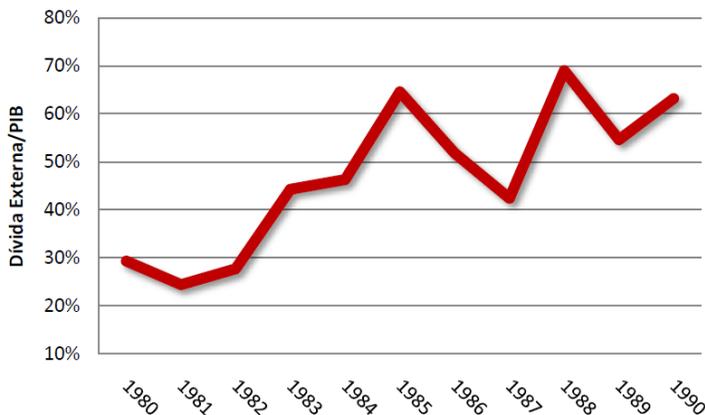


Gráfico 2: Porcentagem da Dívida Externa Pública com relação ao Produto Interno Bruto 1980-1990.

Fonte: DNEP, DGCP e BCRP.

Desta maneira, a política econômica do APRA começou a cair em contradições. Se por um lado se buscava o contato direto com empresários importantes com a finalidade de atraí-los para o investimento nacional, por outro lado, a necessidade de aumentar os ingressos fez com que o governo pedisse emprestado dinheiro às empresas nacionais. Com estas contradições, conforme explica Cotler (2002: 19)

El Perú se vio afectado por una grave hiperinflación, calificada como la segunda más larga de la historia mundial, y los ingresos fiscales cayeron al punto que el precario aparato estatal dejó de funcionar por completo. La bancarota del aparato productivo generó la eclosión del sector informal y dio lugar a que amplios sectores sociales desconocieran y desatcaran las normas oficiales y convencionales.

O fracasso da economia peruana se refletiu na inflação acumulada de 2.168.482% – durante os 5 anos do governo aprista –, como consequência, os empregos sem carteira assinada aumentaram chegando a 73% do total e houve retração do mercado interno com o

consumo per capita caindo em 50%. Não obstante, o fracasso econômico combinado com a violenta subversão, o crescente tráfico de drogas e a repressão militar, geraram um clima de desordem, medo e incerteza; propiciando a transformação política e ideológica da população peruana.

2. REGIME FUJIMORI

2.1. Ascensão de Fujimori.

Fujimori, candidato sem partido, sem programa de governo, sem experiência política é eleito presidente no contexto de uma economia imersa num processo de hiperinflação e onde a sociedade peruana estava devastada pela crescente violência e militarização. Também recebeu um Estado em colapso, e teve de enfrentar o desafio de satisfazer as expectativas de uma sociedade que se mostrava num estado de decomposição e de anomia.

2.1.1. Crise das instituições democráticas peruanas.

O Peru entra na década de 1990 num estado de colapso total devido, segundo Cotler (1993), à desorganização da economia, da sociedade, das instituições estatais, da ruína dos serviços públicos e a escancarada corrupção dos setores da administração pública; somando-se à incapacidade de enfrentar os movimentos subversivos e o narcotráfico. O desprestígio do governo e dos partidos políticos deram origem a um Estado fragilizado, desacreditado e desarticulado; acelerando, assim, a quebra da legitimidade “instrumental” dos partidos e do regime político democrático.

Segundo Tanaka (1993), a legitimação dos partidos políticos se dá pela necessidade de elevar os níveis de vida e a capacidade dos Estados de integrar as massas à cidadania, é por este motivo que os partidos deveriam representar os diversos interesses sociais. Isto não acontece no Peru; dado que a maioria dos partidos políticos peruanos somente refletem os interesses daqueles que habitam na capital, daqueles que gozam plenamente de seus direitos de cidadãos, isto é, dos direitos civis, sociais e políticos; tendo marginalizado constantemente os setores menos favorecidos da sociedade peruana, especialmente as camadas sociais da serra peruana. Para Rochabrún (2007), isto se dá porque os partidos políticos não levam em conta os problemas reais da população, limitando-se a ‘defender’ interesses que não são válidos para o povo.

No Peru, infelizmente, a maioria dos partidos políticos são improvisados, ocasionais e oportunistas, atuando de forma desajustada

diante os fatos e realidades, os quais nenhum deles gera e nem controla; é por este motivo que são simplesmente meros expectadores da vida política, já que não conseguem criar nem mudar situações para a sustentação da democracia. Cotler (1993:14) explica que...

En estas condiciones se hizo evidente el fracaso de la democracia representativa como medio de avanzar en la constitución de los ciudadanos y del Estado de Derecho como fundamentos de la integración de una comunidad política nacional. La persistencia de las profundas divisiones y prejuicios sociales, regionales, étnicos y raciales ha contribuido decididamente en este sentido, en tanto ellos refuerzan los valores y comportamientos políticos y gubernamentales de índole particularista.

A política clientelista e nepotista do país foram gerando um vazio no sistema político, suscitando uma crise de representatividade e de identidade nacional. A sociedade civil ficou inativa, acrítica e desiludida, criando-se nela um clima de apatia e de rejeição aos partidos políticos e à política. Esta extrema crise de representação política, fez com que, conforme Tanaka (1993: 53)

Sólo en el Perú no se produzca una evolución del sistema de partidos sino la desaparición completa del que estaba vigente durante los años ochenta, incluyendo sin excepción a todos sus actores. Un caso extremo de crisis de representación de los actores políticos ante la sociedad, que termina optando por *outsiders* e "independientes".

Ou seja, o contexto crítico do sistema político peruano prejudicou a credibilidade e a capacidade representativa dos partidos frágeis perante um eleitorado descrente e volúvel; desta maneira pode se explicar a preferência do eleitorado por candidatos independentes, opondo-se ou não se posicionando em favor dos partidos que eram bases do sistema social.

2.1.2. Eleição.

No Peru, durante os anos 1980, o sistema de partidos esteve formado por quatro organizações: *Acción Popular* (AP), o *Partido Popular Cristiano* (PPC), o *Partido Aprista Peruano* (PAP), e a *Izquierda Unida* (IU). Com a crise política, estes partidos perderam drasticamente o prestígio, tendo votações insignificantes na década de 1990 o que fez com que percam seus registros perante a justiça eleitoral. Para as eleições presidenciais de 1990 se constituem novos partidos políticos como é o caso do FREDEMO¹¹ (Frente Democrático) tendo como candidato presidencial o escritor Mario Vargas Llosa.

O sistema eleitoral de *ballotage* deu a oportunidade de que também surgissem candidatos independentes, ademais permitiu que os mesmos pudessem postular para mais de um cargo político; sendo este o caso de Alberto Fujimori que se candidatou ao senado e ao mesmo tempo à presidência da república.

A corrida eleitoral para a presidência de 1990 teve como candidatos principais Alfonso Barrantes de IU, Mario Vargas Llosa do FREDEMO e Luis Alva Castro do PAP; enquanto Fujimori se mantinha como um candidato com poucas chances nas pesquisas de opinião. Contudo, os apontamentos das pesquisas não se confirmaram no primeiro turno, mostrando-se um contraditório e inesperado resultado; o desconhecido candidato Fujimori alcançou o segundo lugar nas eleições obtendo 29,1% dos votos contra os 32,6% obtidos por Vargas Llosa; indicando que ambos iriam para um segundo turno.

Vargas Llosa era visto pelo eleitorado peruano como o representante das classes média e alta da sociedade peruana, assim como foi vinculado com a imagem do “Peru formal”. Este contava com o apoio da igreja católica, de grande parte dos meios de comunicação e de personalidades do teatro e televisão. O candidato do FREDEMO propunha o “choque” econômico e um programa econômico liberal; já que, para ele, era a única alternativa para sair da crise.

Por sua vez, Fujimori não apresentava um programa de governo; sua campanha política se simplificava ao slogan *un presidente como tú*, fazendo-o ganhar a simpatia das camadas populares do país, através de um discurso que associava a sua imagem às ideias de honradez,

¹¹ Surge da coaligação dos partidos AP, PPC e o Movimiento Libertad.

tecnologia e trabalho. O candidato independente¹² contava com o apoio de seu entorno étnico-familiar¹³, das igrejas evangélicas¹⁴, das classes populares, microempresários nacionais, assim como dos militares. É durante a campanha eleitoral do segundo turno que Fujimori declara que entre seus planos de governo não estava o “choque” econômico e que seu gabinete estaria formado essencialmente por tecnocratas. Com respeito à guerra interna, declarou que atacaria a fome e a miséria; já que, em sua opinião, ambas constituíam o “caldo de cultivo” da subversão.

Estas declarações, somado a sua aproximação com as classes mais carentes do país, e as propagandas partidárias contra a política de “choque” de Vargas, refletiu-se no inesperado. Fujimori obteve uma vitória esmagadora de 62% dos votos válidos sobre seu oponente político.

2.1.3. Política Fujimori.

Depois de consolidada a sua vitória eleitoral, Fujimori, através de seu vice-presidente, anuncia seu plano de governo, o qual se concentraria especificamente na pacificação, economia, desenvolvimento agrário e pequena indústria.

Para solucionar o problema da frágil economia peruana, o presidente apresenta um programa econômico diferente ao que tinha prometido nas campanhas eleitorais; fazendo alianças com o FMI, BID e o Banco Mundial.

Em agosto de 1990, com o intuito de alcançar a estabilidade econômica, aplica-se um drástico reajuste econômico – denominado *Fujishock* – o qual implicava na adoção de medidas liberais para a

¹² Fujimori candidatou-se pelo partido criado por ele Cambio 90. Este partido tinha candidatos desconhecidos pelo eleitorado peruano e os quais não possuíam trajetória política; Segundo Degregori (2007) estes candidatos eram representantes de setores excluídos da arena política.

¹³ Estes foram de grande valia para a sustentação de Fujimori no poder. Santiago Fujimori, seu irmão, era assessor da Embaixada Japonesa em Lima, convertendo-se posteriormente em assessor de Fujimori. Victor Aritomi, seu cunhado, foi secretário nacional de imprensa e propaganda durante o governo Fujimorista. Ambos, Santiago e Victor, foram peças chaves na seleção de ministros e funcionários estatais entre 1990 e 1992. Após o golpe de 1992, ajudaram a Fujimori na seleção dos candidatos para o novo congresso constituinte.

¹⁴ Os pastores evangélicos ajudaram a Fujimori fazer uma campanha de “porta em porta”, é dizer fizeram campanha entre as pessoas das igrejas do meio rural, fazendo de Fujimori uma figura carismática e que se interessava pelos problemas sociais do país.

liberalização da economia e a reforma estrutural do Estado, e consequentemente, a reinserção do país no sistema financeiro internacional; porém não houve uma política de programas sociais de emergência para os setores menos favorecidos.

O *Fujishock* baseava-se na abertura econômica, flexibilidade das relações trabalhistas e a privatização das empresas estatais, o que causou o fechamento de mercados e estabelecimentos comerciais. Embora se esperasse uma reação desfavorável ao reajuste econômico, as pesquisas realizadas demonstraram que o 49% da população limenha aprovava a sua nova política de governo. O *Fujishock* continuou sendo usado durante 1990 e 1991, refletindo-se na queda da inflação (conforme é mostrado no gráfico 3) e na reinserção do país no sistema financeiro internacional.

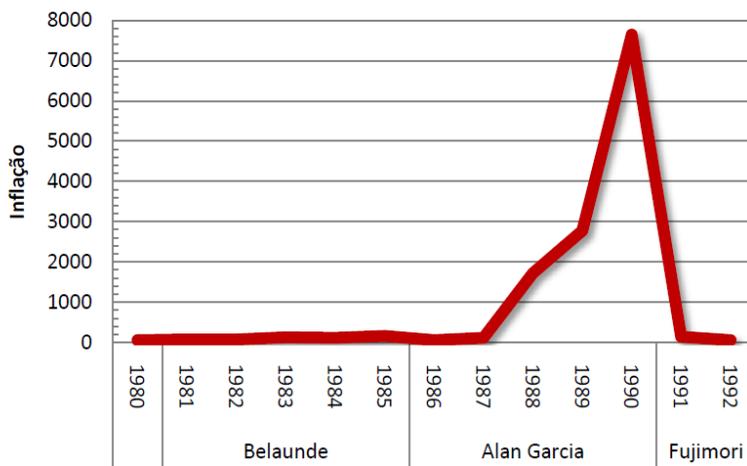


Gráfico 3: Taxas anuais de inflação entre 1980-1992.

Fonte: DNEP, DGCP e BCRP.

Esta reinserção na Comunidade financeira internacional trouxe a Fujimori o respaldo de empresários, intelectuais e parlamentares liberais; consequentemente o Estado se fortaleceu e melhorou a sua capacidade de organizar e dirigir os assuntos públicos, assim como controlar e se adentrar a sociedade e o território.

Com respeito ao terrorismo, Fujimori especificou que sua estratégia de governo seria de diálogo, estabelecendo uma política de “pacificação” no país, segundo consta no seu discurso de posse

[...] desde hace 10 años, el pueblo del Perú viene sufriendo la violencia subversiva. Grupos alzados en armas han establecido desde entonces un terco monólogo que ya nos está costando más de 15,000 víctimas y daños por más de 17 millones de dólares. A lo largo de nuestra campaña electoral dijimos con meridiana claridad que las causas de la subversión se encuentran en la violencia estructural, en la marginación cultural y étnica, la explotación a las que han sido sometidas las clases más pobres de nuestra población... Ningún gobernante responsable puede cerrar los ojos ante esta situación. El Estado centralista ha ignorado durante décadas al Perú real que existe en los andes. Ha dejado que allí se imponga un poder déspota y abusivo que ha tenido que padecer nuestra sociedad. Que pueblo tan indigno sería el nuestro si hubiera permanecido impasible frente al atropello y al abuso. Para mal del Perú toda esa fuerza, esa protesta lógica ha sido canalizada por ideologías fanáticas que intentan destruir el sistema de democracia representativa. Por ello mi gobierno dará efectiva prioridad al desarrollo de las zonas andinas y de la selva en nuestro país, hoy convulsionadas por el terrorismo. No se interprete como debilidad mi inclinación al diálogo, incluso con los grupos alzados en armas, siempre que éstos las depongan; el pueblo me ha elegido, entre otras cosas, para buscar la unidad de los peruanos, incluidos los equivocados. Estoy intentando de muy buena fe y quiero que la Comunidad Internacional sea testigo de mi propósito ferviente de introducir por fin la paz por vía de la razón y el diálogo, a este pueblo que vive la violencia desde hace diez años.¹⁵

¹⁵ Frase compilada por Wilo Rodrigues e Carmen Chipana. Mensajes presidenciales 1980-1994, Lima, 1996, tomo III, pp 1086-1087.

Ressalta-se que o presidente usa um discurso de inclusão social e de diálogo para obter a paz, porém como no seu plano econômico, o que aconteceu foi algo diferente daquilo que ele tinha manifestado no seu discurso de posse. Fujimori, em conjunto aos militares (aliança feita através de seu assessor Vladimiro Montesinos¹⁶), formula uma estratégia político-militar para a eficácia da luta contra os grupos subversivos; contradizendo a sua proposta inicial de “respeitar estritamente as normas constitucionais e os direitos humanos”.

Com a sua proposta inicial de “pacificação”, o executivo recebe do congresso faculdades para legislar através de decretos sobre a pacificação, a reorganização do Estado, o investimento privado e a criação de mais postos de trabalho. Contudo, em contrapartida seria constituída uma comissão que deveria elaborar estratégias de política antissubversiva, na qual participariam o presidente do Conselho de Ministros, pelo governo, e representantes de todos os partidos presentes no congresso.

Fujimori, diferentemente de seus antecessores, não contava com a maioria parlamentar (conforme é mostrado na tabela 1); por este motivo traçou uma prática de alianças pragmáticas para conseguir que suas medidas de governo fossem aprovadas pelo congresso. Segundo Tanaka (1998), esta política de alianças pragmáticas tinha a finalidade de evitar a formação de um bloco opositor no parlamento; porém esta prática política ocasionou desgastes e tensões entre o governo e seus “ocasionais” aliados.

¹⁶ Considero Vladimiro Montesinos um ator chave para a intervenção do SIN nas políticas antissubversivas do governo Fujimori. Quinteros (em entrevista) me explica como surge a imagem de Montesinos, um ex-capitão do exército, condenado por traição à pátria durante o governo militar de Velasco Alvarado. Nas campanhas eleitorais de segundo turno Fujimori é acusado de fraude e evasão de impostos. Um assessor de Fujimori lhe sugere que chame a Montesinos como advogado de defesa, pois este seria a melhor solução para resolver seus problemas judiciais. Montesinos consegue resolver eficazmente o problema de Fujimori valendo-se de suas influências na *Fiscalía de la Nación*. Após o processo judicial, Montesinos se apresenta como perito em inteligência, contrasubversão e assuntos militares. Ao demonstrar a sua eficiência ganhou a confiança de Fujimori e continuou assessorando-o, fornecendo-lhe informações específicas sobre seus adversários políticos. Apresentando-se como assessor chave, Montesinos vira intermediário entre o candidato, o SIN e as Forzas Armadas. Após Fujimori ser eleito, Montesinos o convence que a melhor maneira para tratar a subversão era traçar uma estratégia contrasubversiva eficiente, e para isto era necessário um sector de inteligência que lhe permitisse chegar aos lugares mais longínquos.

Tabela 1 – Composição do parlamento peruano, 1990-1992

Partido ou aliança política	Deputados	Senadores	Total
<i>Fredemo</i>	62	21	83
<i>Partido Aprista Peruano</i>	53	17	70
<i>Cambio 90</i>	32	14	46
<i>Izquierda Unida</i>	16	6	22
<i>FIM*</i>	7	0	7
<i>Izquierda Socialista</i>	4	3	7
<i>FNTC**</i>	3	1	4
Outros	3	0	3
Total	180	62	242

* Frente Independiente Moralizador.

** Frente Nacional de Trabajadores y Campesinos, também conhecido como Frenataca.

Fonte: DEGREGORI & MELÉNDEZ, 2007.

Isto é, o artifício de alianças com as diversas forças políticas do congresso se deu para garantir os objetivos do Executivo e, por sua vez, evitar possíveis alianças entre a oposição. Contudo, o governo fujimorista não fortaleceu estas alianças, pois, conforme Degregori e Meléndez (2007), implicava um complexo processo de negociações e de interesses particulares os quais o governo não podia e não estava disposto a realizar. A falta de negociação do Executivo com os congressistas de oposição mostrou-se desfavorável para o governo e que, por conseguinte, reforçou as tensões entre o Executivo e o Legislativo.

Estas tensões se refletem na comissão que estava elaborando o projeto de paz nacional, traduzindo-se na formulação de duas correntes ideológica no qual, de um lado, os parlamentares estabelecem uma política de pacificação consensual; enquanto o governo elaborou uma proposta contrassubversiva rigorosa.

Em 1991, o presidente apresentou ao congresso 120 decretos que continham projetos sobre pacificação, investimento privado e a promoção do emprego. Dentre estes decretos, 35 estabeleciam grandes transformações dos setores estatais vinculados com a segurança pública, se destacando os decretos legislativos 743, 746 e 749.

Segundo o informe da CVR (2004), o decreto legislativo 743 tratava da *Ley de Sistema de Defensa Nacional*; criava uma nova estrutura de defesa, especificando que os comandantes gerais e o presidente do *Comando Conjunto* fossem nomeados diretamente pelo presidente da República. Também se criavam o *Comando Operativo del*

Frente Interno (COFI) sob a supervisão do chefe do *Comando Conjunto* e que, por sua vez, fosse integrado por um *Estado Mayor*, no qual somente poderiam estar no cargo membros das forças armadas e policiais. O decreto 746 apresentava a *Ley de Sistema de Inteligencia Nacional*, outorgando ao SIN plenos poderes e obrigava aos organismos públicos e privados proporcionar a informação necessária para o SIN; caso estes órgão não cumprissem com o mandato seriam responsabilizados penalmente. Outro destaque era a criação de órgãos de inteligência em ministérios e instituições públicas. O 749 expandia as vantagens dos comandos político-militares (CPM) nas zonas de emergência; estabelecendo que os mesmos, na sua faculdade de conduzir as ações de desenvolvimento nos locais sob seu comando, contariam com os recursos econômicos, financeiros bens e serviços, e com pessoal fornecidos pelas autoridades políticas, organismos públicos, governos regionais e locais. Ao mesmo tempo estabelecia a subordinação da Polícia Nacional Peruana (PNP) aos comandos político-militares.

Alguns destes decretos foram considerados ilegais pelo congresso nacional, opondo-se a aprová-los. O argumento dado pelos parlamentares sobre a não aprovação dos decretos era que alguns deles eram imprecisos em seus termos; o que poderia ocasionar uma má interpretação dos mesmos e, em consequência, se poria em risco as liberdades dos cidadãos e a democracia.

Como represaria a esta atitude, Fujimori inicia uma campanha de desprestígio dos deputados e senadores perante a opinião pública, argumentando que não se poderia governar um país que tem políticos corruptos e que, de fato, representavam um obstáculo para a pacificação e a reestruturação do país. A campanha difundida pelo presidente, à população, gerou a visão de que não era possível solucionar os problemas políticos, sociais e econômicos do país se não existisse a representação perfeita e uma sociedade completamente governável. Entretanto não se percebeu que estas ideias eram contraditórias, já que, conforme explicação de Tanaka (1993:56)

La representación perfecta implicaría el reconocimiento y la satisfacción de las demandas de todos los actores sociales y políticos, lo que atenta contra la gobernabilidad del régimen en un contexto de escasez. Por el contrario, una sociedad completamente gobernable sería una

sociedad sin demandas ni conflictos, lo que la convierte en totalmente antidemocrática.

No dia 5 de abril de 1992, Alberto Fujimori, apoiado pelas Forças Armadas, deu um golpe de Estado, o denominado autogolpe, promulgando um governo de “emergência e reconstrução nacional” no qual se dissolve o congresso, são censurados os meios de comunicação, se aposenta membros dos tribunais judiciais, promotores dos tribunais judiciais e do serviço diplomático, assim como se impõe a presença dos militares nas universidades e se inicia a perseguição de dirigentes políticos. A crença de que para governar o país era preciso uma mão dura, fez com que mais de 80% da população aprovasse e desse respaldo ao autogolpe, já que Fujimori, conforme explica Tanaka (1998: 207)

...exacerbó el sentimiento "antipartidos" existente en parte del electorado pero de alguna manera también en la sociedad en general, y elaboró un discurso a través del cual creaba una polaridad entre Ejecutivo y Congreso, presentada también como gobernabilidad versus partidos obstruccionistas, que al final logró funcionar y hacerse creíble.

A alegação do governo, perante a população nacional após o *autogolpe*, foi de que era perigoso continuar com um poder legislativo e judicial que deixava terroristas a solta. Como é mostrado no seu discurso golpista

[...]El Perú se ha jugado en estos veinte meses su destino, pero se lo seguirá jugando en el futuro pues la reconstrucción del país recién empieza. El gobierno es consciente de la necesidad histórica de eliminar todas las resistencias y frenos a este proceso de reconstrucción.

Si el país no se reconstruye ahora, si no se sientan las bases del desarrollo nacional, no hay garantía posible para el bienestar de los peruanos como colectividad civilizada, como Estado.

Nuestro objetivo es lograr, tras la reconstrucción, una sociedad próspera y democrática. La actual formalidad democrática es engañosa, falsa; sus instituciones sirven a menudo los intereses de

todos los grupos privilegiados. (Mensaje presidencial – anexo 1)

Devido a isto era necessário estabelecer uma nova ordem, na qual os novos membros do poder judicial pudessem agir em favor da população. Fujimori explicou que as condenas dos presos por terrorismo deviam ser reavaliadas em audiências públicas; para que, assim, se possa garantir a equidade das sentencias; esclarecendo que:

“No podemos permitir que los terroristas que han cumplido o están por cumplir sus sentencias o que se acogen a la reducción de pena complementada por el D.L. 064, salgan sin tener la plena seguridad de que se hayan corregido. Si no es así, tomaremos las medidas necesarias para asegurarnos de que, al salir a las calles, no van a cometer nuevamente los crímenes por los que han sido procesados” (jornal El Comercio, 06 de maio de 1992)

A perseguição e detenção de dirigentes políticos foi uma estratégia muito bem elaborada, pois deste modo se enfraqueceria qualquer possibilidade de oposição contra o novo regime. As informações que se tem sobre esta estratégia militar é dada pela CVR (2004:69)

Con un gran despliegue de efectivos militares, se detuvo a políticos, periodistas y algunos jefes policiales vinculados al PAP. Entre ellos, el ex ministro del Interior Agustín Mantilla, el ex ministro de Agricultura Re-migio Morales Bermúdez, el senador Abel Salinas, el teniente general PNP Reyes Roca y el periodista Gustavo Gorriti. El ex presidente Alan García logró esconderse de la intervención militar que lo buscó en su residencia. El presidente del Senado, Felipe Osterling, y el presidente de la Cámara de Diputados, Roberto Ramírez del Villar, fueron arrestados en sus respectivos domicilios. Se trató, pues, de un amplio operativo militar, de la misma naturaleza y dimensiones que el operativo previsto en el Plan Político-Militar que, entre otras cosas, preveía la posibilidad de resistencia armada de

apristas e izquierdistas. Incluyó asimismo el uso de instalaciones militares como centros de reclusión. El 6 de abril juramentó el nuevo gabinete bajo la presidencia de Óscar de la Puente Raygada. Ese mismo día, De la Puente dio lectura al texto del primer decreto ley del régimen, «Ley de Bases del Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional», que instituyó, entre otras cosas, la elaboración de una nueva Constitución.

O autogolpe dividiu os olhares internacionais; se por um lado o governo norteamericano e a OEA não estavam de acordo com esta política de governabilidade; as instituições de crédito internacional continuaram dando respaldo ao governo peruano, pois, para estes, o Peru estava cumprindo com a sua proposta apresentada em 1991. A pressão exercida pelos Estados Unidos, fez com que na assembléia de chanceleres da OEA, fossem anunciadas eleições para uma nova assembléia constituinte.

A convocação para eleições gerou, no Peru, um dilema entre os opositores políticos do governo, já que alguns acreditavam que candidatar-se para as novas eleições seria admitir a dissolução do congresso e legitimar o governo golpista. É por este motivo que os alguns grupos políticos tradicionais decidiram não participar das eleições, enquanto movimentos independentes e setores da esquerda decidiram participar para recuperar o terreno perdido no *autogolpe*.

As eleições para senadores e deputados deram a vitória para o governo que conseguiu obter a maioria no congresso (veja-se tabela 2). Degregori e Meléndez (2007:48) apontam que

Para cumplir sus planes, Fujimori necesitaba no sólo de una mayoría oficialista, sino una bancada más articulada, que le garantizara la gobernabilidad de la que había carecido durante los primeros veinte meses de su gobierno.

Tabela 2 – Composição do Congreso Constituyente Democrático (CCD), 1993-1995

Partido	Constituintes	%
<i>Nueva Mayoría – Cambio 90</i>	44	55.0
<i>Partido Popular Cristiano</i>	8	10.0
<i>Frente Independiente Moralizador</i>	7	8.8
<i>Renovación</i>	6	7.5
<i>Movimiento Democrático de Izquierda</i>	4	5.0
<i>Convergencia Democrática</i>	4	5.0
<i>Frenatraca</i>	3	3.8
<i>Frente Popular Agrícola – FIA del Perú</i>	2	2.5
<i>Solidaridad y Democracia</i>	1	1.3
<i>Movimiento Independiente Agrário</i>	1	1.3
Total	80	100.0

Fonte: DEGREGORI & MELÉNDEZ, 2007.

Com isto o governo teve apoio para seguir promulgando novas leis que garantissem o andamento de seu governo; como a lei de cadeia perpétua, apoio as rondas campesinas e programas sociais, como a construção de escolas, doações de alimentos e remédios.

Como estratégia política para superar as crises econômicas e sociais, o alto índice de aprovação de seu governo (mostrado no gráfico 4) e o discurso da constante ameaça subversiva permitiram que Fujimori continuasse manipulando o imaginário nacional e reprimindo a toda pessoa que se opunha a seu governo.

Porém o que lhe deu mais respaldo e apoio da população foi a captura do líder senderista Guzmán e a estabilização da hiperinflação. Nas eleições de 1995, Fujimori consegue a reeleição com mais de 60% dos votos válidos, assim como a maioria da bancada congressista (Tabela 3). O apoio social e político lhe dariam as bases para continuar controlando o poder legislativo, assim como governar de maneira autoritária produzindo leis que garantissem a impunidade dos agentes envolvidos em violações aos direitos humanos.

O segundo governo enfrentou o descontentamento da nação, pois surge uma nova crise econômica o que trouxe a demanda por emprego e melhores condições salariais. Porém, o governo conseguiu persuadir a população usando o terrorismo, a repressão e o SIN como meios para poder governar. Durante este mandato a economia peruana voltou a sofrer quedas e recuperações, contudo foram as denúncias de corrupção e violações de direitos humanos que ajudaram no desprestígio de Fujimori. Somente o sucesso do resgate dos prisioneiros na Embaixada

do Japão e a solução dada para o conflito com o Equador lhe deram outra vez o apoio nacional, favorecendo-lhe numa nova “re-releição” presidencial no ano 2000.

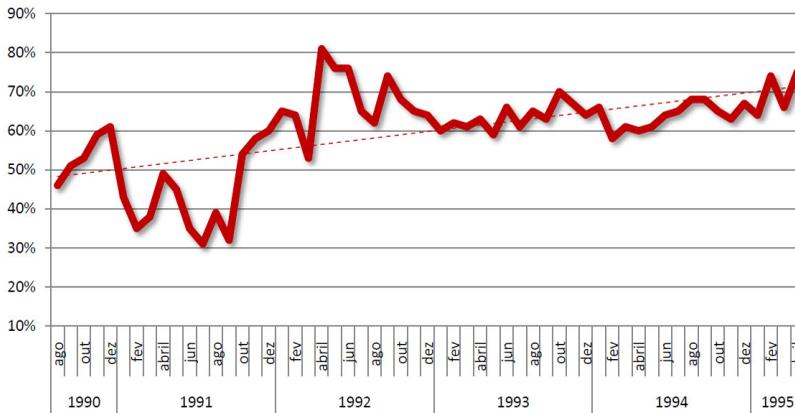


Gráfico 4: Taxas de aprovação de Fujimori no primeiro mandato como presidente da República (porcentagem de respostas favoráveis)

Fonte: APOYO - Tanaka (1998:219)

Tabela 3 – Conformação do Congresso da República, 1995-2000

Coligação política	Congressistas	%
<i>Nueva Mayoría – Cambio 90</i>	67	56
<i>Unión por el Perú</i>	17	14
<i>Partido Aprista Peruano</i>	8	6
<i>Frente Independiente Moralizador</i>	6	5
<i>CODE/País Posible</i>	5	4
<i>Acción Popular</i>	4	3
<i>Partido Popular Cristiano</i>	3	3
<i>Renovación</i>	3	3
<i>Obras</i>	2	2
<i>Izquierda Unida</i>	2	2
<i>Frente Popular Agrícola – FIA del Perú</i>	1	1
<i>Perú al 2000 - Frenatraca</i>	1	1
<i>Movimiento Independiente Agrário</i>	1	1
Total	120	100

Fonte: DEGREGORI & MELÉNDEZ, 2007.

2.2. Que regime foi esse?

O governo de Fujimori obteve mais sucesso que seus antecessores por dois motivos principais: a estabilização da economia e a erradicação do terrorismo, tudo isto feito em curto prazo; o que perante a população e opinião pública o tornou um homem eficiente, capaz e honesto. Contudo, os debates sobre a legalidade de suas estratégias políticas posicionaram o governo Fujimori, por um lado, como um governo autoritário e, por outro, como uma semidemocracia.

Sustento a ideia de que no Peru nunca se teve uma verdadeira democracia, já que jamais houve responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, e tampouco houve, o que Dahl (1997) chama, plena contestação pública (liberalização) e pleno direito de participação (inclusividade); apesar de que nas eleições de transição do governo militar para o “democrático” se permitisse que setores da esquerda e analfabetos pudessem participar das eleições presidenciais.

Isto é, não houve as condições necessárias para a inserção dos cidadãos na vida política, pois, de certa forma, estes sempre foram educados ou manipulados para aceitar os interesses das classes dominantes da capital. A tão chamada democracia peruana, sempre foi guiada pelo patrimonialismo, o clientelismo e a dominação carismática. A relação entre cidadão e governantes esteve impregnada de uma relação clientelista, de negociações que jamais trouxeram vantagens à

população e muito menos as bases para a consolidação do interesse coletivo e da democracia.

Democracia no Peru sempre esteve relacionada ao voto, ser cidadão significava votar e não participar nas decisões tomadas pelo governo. As políticas públicas, em geral, não refletiram as demandas do cidadão, note-se isso nas deficiências do sistema educacional e de saúde, na não incorporação do homem andino na sociedade e a não presença do Estado nas cidades do interior do país; excluindo, assim, qualquer possibilidade de ter acesso aos direitos sociais, políticos e civis.

No Peru, durante os governos Fujimori (1990-95/1995-2000) houve, segundo alguns cientistas políticos peruanos, uma “democradura”. Para eles, os governos de Fujimori são considerados uma “democradura” por serem regimes com democracia de baixa intensidade. O primeiro regime se inicia de forma democrática e, aos poucos, vai se desestruturando e destruindo todas as instituições democráticas, até converter-se na prática num regime autoritário. Nota-se que no início de primeiro governo, Fujimori tentou formar uma democracia sustentada em valores tecnocráticos e trabalhos públicos, o que não surtiu resultado, devido à grande oposição parlamentar que ele tinha no seu governo.

Autores como Mainwaring (1999), Cotler e Grompone (2000) classificaram o primeiro período do governo Fujimori, como um regime autoritário porque ao utilizar-se do conflito contra o Sendero, fechou o congresso, criou uma nova constituição, deu mais poderes às forças armadas, impôs restrições nas liberdades civis e políticas dos cidadãos peruanos. Com isto instituiu um “Estado de emergência e reconstrução nacional”, o qual o ajudou a autoafirmar, assim, a sua hegemonia política. Embora outros autores continuem acreditando que o segundo mandato de Fujimori continuou sendo autoritário, Mainwaring discorda desta ideia classificando-o como um regime semidemocrático; pois embora se desconhecesse as instituições do Estado de Direito, tolerava-se a oposição, realizavam-se processos eleitorais (por mais irregulares que estes fossem¹⁷) e se contemplavam alguns componentes dos direitos dos cidadãos.

¹⁷ As irregularidades surgem a partir da própria existência da candidatura Fujimori. Afirma-se que a candidatura para um terceiro mandato é inconstitucional; porém Fujimori valeu-se da lei 26657 (promulgada por ele na constituição de 1996) da interpretação autêntica da constituição, no qual ele afirmou que sua candidatura para 2000 seria a sua primeira reeleição. As denúncias feitas sobre a fraude eleitoral estaria na arrecadação de assinaturas para um referendun sobre a reeleição de Fujimori. Entre as denúncias constam a falsificação de 1

Contudo, sobre o segundo governo Fujimori, ao contrário de Mainwaring, considero que não se caracterizava como semidemocrático, mas sim continuava sendo autoritário. Dentre as evidências do autoritarismo pode-se citar: a criação de instituições públicas e privadas¹⁸ que vinculavam o trabalho do governo com o reconhecimento da população e o controle social; a constituição criada em 1993 garantia e dava poder para o executivo manter muitas das estratégias políticas estipuladas no autogolpe; através do SIN eram criadas estratégias para manter alianças políticas, chantagear opositores políticos, empresários, sindicalistas, etc; soma-se a isto, a composição do congresso de maioria governista que possibilitava a aprovação de leis que lhe garantiam mais poder e a governabilidade.

Por outro lado, a ideia do terror, utilizada constantemente, servia como meio para continuar com a repressão. As pessoas que denunciavam as irregularidades do governo Fujimori eram acusadas de pertencer a facções terroristas ou a instituições corruptas que não queriam que o país saísse desse caos. Para continuar com o controle do país, se utilizando do discurso de que pretendia evitar que entrem nos governos regionais pessoas que pudessem se aliar com os senderistas, o governo optou por escolher os governantes regionais, eliminando assim a escolha pelo voto popular.

A imagem do terror trouxe consigo a concepção de que qualquer um que se opunha ao governo era inimigo do povo, é por este motivo que usando um discurso hobbesiano Fujimori induz a população a

um milhão de assinaturas para aceitar a sua candidatura, as doações de alimentos como meio de pressão as pessoas com escassos recursos – Isto através do Programa Nacional de Asistencia Alimentaria (PRONAA) –, os contínuos ataques aos opositores através dos jornais sensacionalistas e das emissoras de TV controladas pelo governo; a utilização de recursos do Estado para financiar a ilegal candidatura, em conjunto com o Jurado Nacional de Eleições (JNE), a Oficina Nacional de Processos Eleitorais (ONPE) e o poder Judicial.

A *Asociación Transparencia*, denunciou que a *Oficina Nacional de Procesos Electorales* (ONPE) declarou 1.377.328 votos, os quais representam o 15% a mais dos eleitores registrados; contando entre estes os votos de 345,000 eleitores falecidos e 311,000 eleitores que moram fora do país. Com isto se demonstra que as eleições realizadas de forma “democrática” nada mais são do que a manipulação e a corrupção de um governo autoritário que tentou manter-se no país a qualquer custo.

¹⁸ Durante seus governos criaram-se a COPRI (Comisión de la Inversión Privada), o qual era encarregado de privatizar as empresas estatais. SUNAT (Superintendencia Nacional de Administración Tributaria) encarregada da arrecadação tributária. INDECOPI (Instituto de Defensa de la Competência y la Propiedad Intelectual). OSIPTEL e OSINERG que são agências reguladoras das companhias de telefone e luz respectivamente, e por último o FOCONDES (Fondo de Compensación y Desarrollo Social) e o PRONAA (Programa Nacional de Apoyo Alimentario).

pensar que é necessário fazer qualquer coisa para trazer a paz ao país marcado pela desordem, inclusive usar a própria violência como um meio de legítima defesa. Este discurso remete a Hobbes no sentido em que o povo, ao fazer um pacto com o governante, renuncia à suas liberdades e aos seus direitos em troca de um bem comum – no caso, a paz.

Ressalta-se que a democracia, no Peru, nunca foi significativa para as pessoas mais pobres, pois o Estado jamais lhes proporcionou garantias, direitos, medidas de igualdade social. Rochabrún (2007) explica que o apoio da população à ditadura de Fujimori se deu porque àqueles criaram para o presidente valores de astúcia, firmeza, energia e segurança. Desta maneira, Fujimori direcionava certas medidas do governo para as políticas sociais, em especial através da construção de escolas, de política de luta contra a pobreza, a construção dos *wawa wasis* (creches gratuitas) para estimular às mulheres a entrada no mercado de trabalho e, ainda no seu governo as *rondas campesinas* passam a obter apoio político e social. Estas políticas contribuíram para que a população se identificasse com Fujimori, pois ele passava confiança principalmente por estar presente nos locais em que o Estado antes não atuava. Essas políticas sociais garantiram apoio da população ao autoritarismo do seu governo.

Nesta lógica, Fujimori através de um discurso democrático transformou o governo peruano num governo autoritário. Quando Fujimori trata de deter o poder nota-se que ele não se baseia em partidos e nem estruturas democráticas de eleição e de controle popular, senão em estruturas familiares. O seu discurso de pacificação transformou-se, na prática, no exercício de fazer cumprir os seus mandatos através do poder militar, tendo reações de repressão para aqueles que não concordassem seguir as suas políticas.

3. DIREITOS HUMANOS NO REGIME FUJIMORI

3.1. Importância dos Direitos Humanos

A partir da segunda metade do século XX, os direitos humanos vem adquirindo uma importante relevância para a consolidação da liberdade e dignidade humana. Com o intuito de que haja respeito pelo próximo e não se atente contra sua integridade física, a ONU criou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que visa garantir que os Estados protejam os direitos de seus cidadãos fixando limites entre governantes e governados; estabelecendo pautas de convivências concordantes com a dignidade de cada pessoa; e a preservação dos direitos fundamentais do homem em situações de conflito armado.

Atualmente, nos primórdios do século XXI, pode-se afirmar que os direitos humanos se encontram “naturalizados” na consciência da humanidade; esta convicção universal faz com que os Estados, pela constante pressão de atores políticos, reconheçam direitos e liberdades sem os quais o homem não saberia mais viver. Neste contexto, os governos vêm adotando progressivamente as regras emitidas pela ONU, comprometendo-se a salvaguardar os direitos humanos e as liberdades fundamentais de cada indivíduo.

O conceito de direitos humanos, como nos fala Correia (2005), pode ser definido sob dois aspectos. Um primeiro aspecto refere-se à análise dos fundamentos básicos desses direitos, tornando-se relevantes para as ciências humanas contemporâneas (sociologia, filosofia e ciência política). O segundo aspecto é a abordagem jurídica dessa categoria de direitos relacionando-se diretamente com o conjunto de tratados¹⁹, convenções²⁰ e legislações cujo objeto é a definição e regulamentação dos mecanismos, internacionais e nacionais, que garantem os direitos fundamentais da pessoa humana. Desta forma pode-se afirmar que os direitos humanos referem-se a uma proteção mínima que possa conduzir o ser humano a viver dignamente, ou seja, se baseia na noção de dignidade da pessoa humana, que implica, conforme aponta Arendt (2007), em um “direito a ter direitos”. No caso dos direitos humanos,

¹⁹ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Tratado de São José (1969); Pacto de Direitos Cívicos e Políticos (1966), entre outros.

²⁰ Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), Convenção de Vienna (1993).

como um meio indispensável para conter o risco de abuso do poder do Estado.

O direito é uma elaboração cultural, racional e histórica que está constantemente em evolução. Bobbio (1992) reforça esta idéia afirmando que o direito é uma construção, um artefato humano fruto da política que produz o direito positivo, portanto requer a razão para pensar, projetar e ir transformando este artefato em função das necessidades da convivência coletiva. Sendo assim, o direito pode ser considerado uma alternativa viável à essencial e caracterizadora condição humana de coexistência da qual tanto nos fala Hobbes.

Hobbes (2006) descreve o homem como um ser egoísta que vive constantemente em guerra de todos contra todos, governado pela sua própria razão e vivendo constantemente em temor e perigo de morte violenta. Para o autor, é por causa deste temor que surge a necessidade de obter a paz. Segundo Bobbio (1992), a paz é um ditame kantiano da razão, da capacidade humana de medir e superar as conseqüências dos fatos que resultam a “social insociabilidade humana”. Sendo assim, os homens fazem um pacto concordando respeitar o direito de cada indivíduo; surgindo a primeira lei fundamental do direito, o respeito à vida. Deste pacto ou contrato surgem o Estado e os cidadãos²¹; cabendo ao primeiro garantir os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos. Marshall (1967) explica que estes três direitos são elementos constituintes do conceito da cidadania. Para ele, o direito civil está relacionado ao exercício da liberdade individual e suas derivações²². O direito político é o direito que cada cidadão tem de participar no exercício do poder político²³. O direito social refere-se a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. Esses três elementos elencados por Marshall fazem parte dos princípios fundamentais dos Direitos Humanos.

Hoje em dia o termo direitos humanos encontra-se permeado no senso comum. Entretanto, vale ressaltar que a definição formal, do

²¹ Utiliza-se o conceito de Marshall, que entende que o conceito de cidadão se refere a um status adquirido pelos membros integrais de uma comunidade que, conseqüentemente, são dotados de direitos civis e políticos garantidos por lei.

²² Liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito a Justiça.

²³ Entenda-se por poder político a possibilidade do cidadão de ser membro de um organismo da autoridade política e de ser eleitor dos membros de tal organismo.

termo jurídico, é que “os direitos humanos são aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser humano, por sua própria natureza e pela dignidade que a ela é inerente” (HERKENHOFF *apud* CORREIA, 2005, p. 99). Estes direitos objetivam o respeito à pessoa humana, protegendo-a de toda forma arbitrária; desde esta perspectiva, estes expressam as regras mínimas para possibilitar uma vida humana digna. Segundo Correia (2005), os direitos humanos são produtos de consequentes movimentos e lutas políticas que dependem de fatores históricos e sociais, nos quais se refletem os valores e aspirações de cada sociedade, sendo assim, também requerem um ambiente propício para que sejam respeitados.

De acordo com Tossi (2005), há duas classes de direitos fundamentais; os civis e políticos ou de 1ª geração e, os econômicos e sociais ou de 2ª geração. Para Santos (1997), existe uma tensão entre estas duas gerações de direitos, pois a primeira surge como uma proteção em relação ao poder indiscriminado do Estado; enquanto a segunda concebe o Estado como o principal aval dos direitos humanos. Isto quer dizer que nos direitos de primeira geração, os indivíduos se unem para preservar sua dignidade como ser humano e, tendo o papel de afastar a interferência do Estado em áreas específicas da vida individual de cada cidadão; enquanto os direitos de segunda geração pretendem que o Estado assegure a satisfação das necessidades básicas de cada ser humano.

Quando o Estado exerce um poder indiscriminado e para de respaldar os direitos de seus cidadãos, agindo arbitrariamente nas questões político-sociais da nação, pode-se afirmar que há uma violação qualificada dos direitos humanos.

Analisando toda esta perspectiva, afirma-se que os direitos humanos nascem endereçados ao Estado, pois estipulam que o Estado tem obrigações específicas enquanto garantidor desses mesmos direitos. No debate político, dada às constantes denúncias de violações destes direitos, existe uma discussão doutrinária sobre quem pode ferir os direitos humanos; sendo que o Estado é sempre responsabilizado por omissão, ou seja, por não tomar as medidas necessárias de proteção. No entanto, é verdade que “as violações de direitos humanos sempre existiram na história da humanidade em todas as épocas e civilizações, porém somente agora aparecem como tais, porque somente agora temos um parâmetro que nos permite medi-las, verificá-las e denunciá-las” (Tossi, 2005, p.19)

3.1.1. Movimento de Direitos Humanos e o Conflito Armado antes do governo Fujimori.

As questões relacionadas aos direitos humanos sempre estiveram presentes durante os anos de conflito armado no Peru. No princípio os defensores e as organizações defensoras de direitos humanos foram acusados pela população e pelos governantes como defensores de terroristas. Porém, estas organizações, principalmente a partir da década de 1980, tem lutado para garantir melhores condições sociais, políticas e civis para os cidadãos peruanos; ganhando assim o respeito das população e das autoridades nacionais.

As ações “terroristas” e as respostas contrassubversivas do Estado não tiveram a preocupação do elemento mínimo dos direitos humanos; dando-se uma situação de guerra que trouxe consigo o desrespeito à dignidade humana tendo como regra principal as torturas, as mortes, as desaparecimentos forçadas e a falta de segurança. A sociedade civil, especificamente sindicalistas, líderes da esquerda e o setor progressista da Igreja Católica, preocupada com a crescente violência decide se posicionar contra a subversão e o descaso das autoridades governamentais com a questão dos direitos humanos – especialmente a preservação da vida –, esta reação se deve a que “os grupos da sociedade civil no exercício de suas liberdades constitucionalmente estabelecidas, assumem tarefas de interesse público; já que consideram que as mesmas deveriam estar incluídas no debate cidadão ou entre as áreas de atenção governamental” (CVR, 2004).

Desta forma a responsabilidade política adquirida perante a nação foi o impulso para a criação de novos órgãos de fiscalização e de luta em favor dos direitos humanos. As organizações anteriores à década de 1980 - CONADEH²⁴ (Comissão Nacional de Direitos Humanos) e os CODEH’s²⁵ (Comitê de Direitos Humanos) – serviram de base para a criação de um dos maiores órgãos de defesa dos direitos humanos no Peru: a *Coordinadora Nacional de Derechos Humanos* (CNDDHH), a qual tinha por objetivo denunciar os abusos e realizar o balanço das tensões derivadas de um país que iniciava um processo de violência de origem político e social.

²⁴ Atualmente a CONADEH é uma ONG de direitos humanos chamada de COMISEDH.

²⁵ No Peru os CODEH’s são considerados os precursores das organizações de Direitos Humanos.

As organizações de direitos humanos viam o conflito armado como uma consequência da desorganização e das injustiças socioeconômicas latentes no país. O descaso dado pelo governo e as mortes e desaparecimentos forçados, dadas de maneira arbitrária, fizeram com que estas organizações adotassem uma posição inovadora na luta a favor dos direitos humanos; utilizando o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Humanitário, para poder, assim, denunciar os abusos cometidos pelo Estado e pelos grupos subversivos. Esta atitude fez com que estas organizações fossem perseguidas e vinculadas por parte dos subversivos como defensores do velho Estado, e por parte do Estado como defensores de criminosos e terroristas.

Apesar de ser classificadas como “inimigas públicas”, as suas denúncias sobre a falta de alternativas integrais, claras e concretas que pudessem solucionar ou melhorar a grave situação gerada pela violência e pelos abusos cometidos, principalmente contra a população andina, tiveram repercussão sobre as políticas adotadas pelo governo, o qual tentou se organizar melhor na luta contra a subversão. Contrariamente os grupos subversivos continuaram mantendo a sua tática de guerra, sendo hostis com as organizações e as pessoas que lutavam em prol dos direitos da população peruana, pois acreditavam que aqueles eram fantoches das classes dominantes. Soma-se a isso a ideia de que os direitos humanos são uma concepção burguesa e, portanto estão contrários aos interesses do povo; como o comenta o líder senderista Abimael Guzmán...

Para nós, os direitos humanos contradizem os direitos do povo porque nós nos baseamos no homem como produto social, não no homem abstrato com direitos inatos. Os “direitos humanos” são nada mais do que os direitos do homem burguês. [...] Os direitos humanos são um instrumento a mais para impor a ideologia reacionária [imperialista] (Youngers, 2003:164)

Desde o início da luta armada ficou claro que o Estado peruano estava enfrentando o desafio subversivo sem estratégias concretas, o qual o levou a violar de maneira indiscriminada os direitos de seus cidadãos. A execução extraoficial de alguns senderistas e de pessoas

inocentes fez com que a *Human Righth Watch*²⁶ caracterizasse o Peru como um dos países com maiores índices de violações registradas pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Como tentativa de fazer que o governo respeitasse os direitos humanos, a CNDDHH exigiu do Estado que se aplicassem as regras do Direito Internacional Humanitário nas zonas de emergência. Os trabalhos realizados nas regiões de conflito foram, ao princípio, difíceis, pois estas organizações encontraram dificuldades de se instalar devido às constantes represálias do governo e dos grupos subversivos. Contudo conseguiram prestar ajuda e apoio moral e legal as vítimas da guerrilha, denunciando as atividades ilegais dos senderistas e do Estado peruano.

Antes das eleições municipais de 1989 o Sendero decretou *paro armado*²⁷ como uma forma de intimidar aos eleitores. A resposta contra esta atitude por parte do movimento de direitos humanos e da sociedade civil se revelou na *Marcha por la Paz* (Imagem 2). Esta ação conseguiu deter a atuação senderista, demonstrando ao Estado que havia formas pacíficas de conter a violência no país.

²⁶ Criada em 1978, é uma organização mundial independente dedicada a defender e proteger os direitos humanos a nível internacional.

²⁷ O *paro armado* era uma nova modalidade de luta subversiva; implicava um conjunto de ações no qual tinha que ter as quatro formas da guerra: agitação e propaganda, sabotagem, aniquilamento seletivo e combates guerrilheiros. Seu objetivo era mobilizar os subversivos e isolar pontos estratégicos das capitais peruanas.



Imagem 2: Marcha pela Paz. Lima, 03 de novembro de 1989.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. Foto de Monica Newton.

A partir da década de 1990, com a constante pressão dos órgãos de direitos humanos e a chegada ao poder de Alberto Fujimori, tudo indicava que as violações aos direitos humanos iriam acabar; de fato houve uma redução de ditas violações, porém o estado estabeleceu novas políticas de luta contrassubversivas que deu continuidade a violência e ao desrespeito dos direitos dos cidadãos peruanos.

3.2. Situação dos Direitos Humanos no governo Fujimori – Violações do Sendero Luminoso e das forças da ordem.

Como visto anteriormente, o despreparo dos governos Belaunde (1980-85) e García (1985-90) fez com que a violência no país se intensificasse. Por não ter uma estratégia efetiva e viável para acabar com a subversão, aqueles governantes delegaram poderes as forças armadas para combater os grupos subversivos. O Estado e as forças da ordem viam os subversivos como inimigos que tinham que ser aniquilados, independentemente da maneira e meios que fossem

utilizados; revelando-se nas violações massivas e arbitrárias e na conivência e tolerância do Estado peruano perante os abusos cometidos para instaurar a ordem.

Como também já foi visto a pressão estabelecida pelo movimento peruano de Direitos Humanos em conjunto com organizações internacionais fizeram com que as violações cometidas contra os cidadãos peruanos na luta contra o terrorismo fossem questionadas pela opinião pública internacional; a qual insistia que o Estado tomasse uma posição de contrassubversão que respeitasse a dignidade e a vida da população peruana.

Frente a esta situação, quando Fujimori assume o poder deixa claro que no seu governo não haveria mais violações e sim uma política de pacificação. Para o presidente a estratégia contrainsurgente deveria ser baseada no respeito ao estado de direito e a constituição; no qual o respeito irrestrito e a promoção dos direitos humanos seria a base para trazer a paz ao país que se encontrava tomado pelo terror e pelo medo. Porém, para poder combater os subversivos era preciso que houvesse uma aliança entre a população e o Estado. Deste modo, o presidente se pronuncia a população da seguinte maneira:

Como Presidente del Perú he dado instrucciones precisas, directivas claras en ese sentido para que las fuerzas del orden trabajen con la población y se ganen su respeto.

Porque esta lucha tiene que ser selectiva y no como en el pasado indiscriminada. Nosotros tenemos que capturar delincuentes terroristas sin causar ningún daño a la población. (El Comercio, 14 de Setembro de 1992 – em anexo 2)

Nota-se no discurso de Fujimori que o sucesso da estratégia contra a subversão se daria a partir da aliança com a população – sobretudo nas regiões da serra e selva – e com a intervenção das forças armadas que a partir desse momento teriam plenos poderes para controlar a subversão.

Contudo, nos primeiros anos do governo Fujimori (1990-91), ainda não se tinha uma estratégia contrassubversiva concreta. No gráfico 5, podem ser observados altos níveis de violência nos anos de 1990, 1991 e 1992; porém que resultaram se em menor escala que nos governos anteriores.

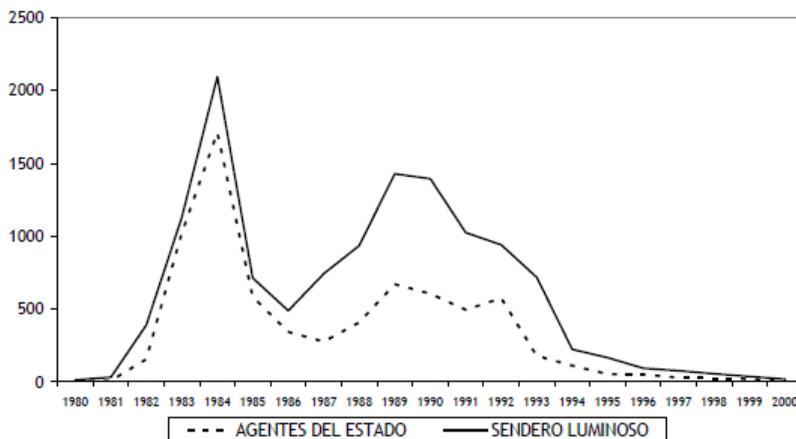


Gráfico 5: Números de Mortos e desaparecidos, segundo principais agentes responsáveis por ano de ocorrência dos fatos

Fonte: CVR (2004)

As denúncias feitas pelos órgãos de direitos humanos indicavam que os militares continuavam agindo de maneira arbitrária, e que os camponeses ainda eram considerados inimigos do Estado. Exemplo desta falta de organização e arbitrariedade cometidas pelo Estado foram a prisão do estudante Ernesto Castillo Páez e o Massacre de Camponeses de Santa Bárbara.

O caso do estudante Ernesto Castillo Páez aconteceu em outubro de 1990, após o atentado senderista no distrito limenho de Villa El Salvador. A polícia realizou uma operação para deter os responsáveis do atentado e prendeu pessoas que estavam circulando pela rua, entre eles o estudante, que foi levado à força para a delegacia e nunca mais se soube o seu paradeiro²⁸.

Com respeito ao segundo caso, o massacre dos camponeses de Santa Bárbara aconteceu por efetivos do exército peruano em 04 de julho de 1991, no departamento de Huancavelica. Antes deste massacre o Estado peruano tinha decretado zona de emergência nesse departamento (por causa dos múltiplos atentados senderistas), sendo assim, naquela região foram suspensos o direito de não invasão de domicílio, integridade física, liberdade de ir e vir, todos estes garantidos pela constituição. Esta falta de garantias permitiu que as forças armadas

²⁸ Informe Final de la Comisión de la Verdad, 2004.

entrassem nas casas, prendessem suspeitos de atuar em favor do terrorismo, violassem sexualmente as mulheres e queimassem as casas. A *blitz* realizada pelo exército deteve pessoas dentro do povoado as quais foram torturadas; após isto o comando militar continuou viagem levando os supostos terroristas. No caminho encontraram a algumas pessoas, as quais também foram detidas por não ter acatado o *toque de queda*; os militares levaram os camponeses a um lugar afastado, onde foram torturados, mortos a tiros e depois dinamitados²⁹.

Estes acontecimentos foram denunciados fortemente pela CNDDHH, a qual exigia do Estado que se organizasse na luta contra o terrorismo e deixasse de cometer assassinatos e prisões arbitrárias. Perante a pressão exercida pela CNDDHH e por organizações internacionais, Fujimori criou o *Consejo por la Paz*. A missão deste conselho seria agrupar membros chaves da sociedade civil, estes elaborariam e apresentariam ao governo uma estratégia para conseguir a paz. Porém o conselho encontrou dificuldades para continuar com a sua missão, pois o Estado começou a por pretextos as propostas dadas e vetou a participação de alguns setores da sociedade civil. Aqui pode observar-se que ao Estado não lhe convinha ter um espaço institucional que não pudesse controlar, e muito menos que obstruísse as ações da polícia e das forças armadas nas regiões afetadas pela subversão. Também fica claro que a questão dos direitos humanos não era a preocupação máxima do Estado, havendo uma contradição entre o discurso e a prática.

Os contínuos atentados dos grupos subversivos, especialmente do Sendero, fizeram que a população acreditasse que a subversão estava tomando conta do país. Em fevereiro de 1992, os constantes *paros armados* organizados pelo Sendero provocaram a rejeição de alguns setores da população civil, especialmente da comunidade de Villa El Salvador. A vice-prefeita e líder social (pertencente à Federação Popular de Mulheres de Villa El Salvador- Fepomuves), Maria Elena Moyano (Imagem 3), organizou uma passeata em protesto ao *paro armado*; obrigando a alguns microempresários de tendência senderista a participar da marcha; causando a ira dos subversivos. Em represália a esta ação, Maria Elena Moyano foi abordada por senderistas na saída de uma *pollada* beneficente onde foi morta a tiros e, a seguir, arrastada até a porta do local e dinamitada. Com este atentado os subversivos

²⁹ *Idem.*

buscaram mostrar para a população que os grupos que se opusessem aos interesses do movimento guerrilheiro seriam punidos³⁰.

Esta ação gerou entre a população o sentimento de que era necessário que o governo fizesse qualquer coisa para conseguir a paz. Consequentemente este sentimento de medo e insegurança da população e as constantes ações subversivas proporcionaram a Fujimori um campo fértil para seu projeto autoritário e violador de direitos humanos.



Imagem 3: Maria Elena Moyano durante um ato público. Lima, 1992.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. Foto do Diário La República.

Anteriormente viu-se que o executivo criou alguns decretos que fortaleciam as ações militares tanto nas zonas de emergência como na capital. Entretanto a negativa parlamentar de aprovar os decretos do presidente deram a Fujimori a oportunidade de por a população contra um sistema democrático enfraquecido, culminando no autogolpe. Fujimori se pronuncia a nação anunciando

³⁰ *Ibidem.*

...hoy sentimos que algo nos impide continuar avanzando por la senda de la reconstrucción nacional y el progreso. Y el pueblo del Perú sabe la causa de este entrampamiento, sabe que no es otro que la descomposición de la institucionalidad vigente. El caos y la corrupción, la falta de identificación con los grandes intereses nacionales de algunas instituciones fundamentales, como el Poder Legislativo y el Poder Judicial, traban la acción de gobierno orientada al logro de los objetivos de la reconstrucción y el desarrollo nacionales.[...]

El país quiere un Parlamento conectado con las grandes tareas nacionales, despojado de los vicios del caciquismo político y del clientelismo. La administración de justicia ganada por el sectarismo político, la venalidad y la irresponsabilidad cómplice, es un escándalo que permanentemente desprestigia a la democracia y a la ley. El país está harto de esta realidad y desea soluciones. Quiere un sistema de administración de justicia eficaz y moderno, que constituya plena garantía para la vida ciudadana. No quiere más feudos de corrupción allí donde debiera reinar una moral intachable. (Mensaje presidencial anexo 1)

Este pronunciamento fez com que a população aprovasse as táticas contrassubversivas, não só pela ameaça da violência, senão porque também assumiu como válido o argumento de que o governo peruano era tão ineficiente e ineficaz que precisava ser deposto e reconstruído em bases sólidas de eficácia e honestidade.

Como medida imediata o Estado reorganizou os sistemas judiciais e legislativos. A reforma do poder judiciário tinha como finalidade acabar com os casos de impunidade e soltura de narcotraficantes e subversivos. O governo estabeleceu os tribunais militares e os tribunais civis sem rosto³¹ para julgar os acusados de

³¹ Estes tribunais tinham a finalidade de guardar a identidade dos juizes. Dentro deste sistema os juizos eram dados dentro de cabines, no qual o juiz aparecia com o rosto coberto e a voz distorcida, sendo difícil a sua

terrorismo; também eliminou as garantias mais básicas dos processos como a careação, as petições de *Habeas Corpus* e os julgamentos podiam ser julgados *in absentia*, isto é, sem a presença do acusado.

As outras medidas tomadas pelo governo “restaurador” foram o fortalecimento do serviço de inteligência – SIN e DINCOTE – buscando ter um serviço de informações eficiente que pudesse fornecer inimigos concretos, coletar provas contra os subversivos e formular uma estratégia de ataque contra os mesmos. Também se iniciariam novas políticas de inserção social no qual as forças da ordem (FFAA e PNP), deixariam de considerar os camponeses como seus inimigos; iniciando uma política de reinserção social na qual o próprio presidente junto com as forças armadas levariam alimentos, construiriam escolas, dariam assistência médica e, especialmente, reorganizariam as *rondas campesinas* – *Comités de Autodefensa*.

As *rondas campesinas* ou *Comités de Autodefensa* eram organizações paramilitares consideradas elementares para a luta contra a subversão (Imagem 4). O governo Fujimori, através das forças armadas, deu todos os instrumentos necessários (armas e preparo de estratégia militar) para que os Comitês pudessem defender seu território e enfrentar os subversivos. Com isto o governo impõe uma lógica militar aos povos, os quais se reorganizam em função à guerra; no entanto a militarização e armamento dos *ronderos* demonstra a incapacidade do Estado peruano, pois delega a população a função de se defender, eximindo-se da responsabilidade constitucional de proteção do seus cidadãos.

identificação, evitando-se assim possíveis atentados contra sua vida por parte dos companheiros dos terroristas sentenciados.



Imagem 4: Depois de massacre senderista de Chuppac, ocorrido em abril de 1990, a comunidade se organiza em rondas campesinas com ajuda do exército. Ayacucho, 1990.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. Foto de Jorge Torres/Revista Gente.

Com a reorganização do judiciário, a estratégia de inserção social dos setores mais castigados pela violência e a aliança feita com a população peruana determina-se que as forças policiais e armadas iniciem uma estratégia mais seletiva ao definir seus objetivos. Neste aspecto pode-se entender que as políticas de pacificação seriam uma estratégia contrassubversiva, na qual as forças armadas e policiais agiriam de maneira sistemática, organizada; onde a população agiria em parceria com as forças da ordem para assim acabar com o mal subversivo que assolava o país, porém isto não quer dizer que houvesse existido um comprometimento do presidente em preservar os direitos dos cidadãos.

O primeiro passo a ser tomado seria a desarticulação dos grupos subversivos nos presídios e universidades. Os presídios eram considerados pelo governo como centros de doutrinação, escolas de crime, lugares onde se ordenavam execuções e atentados. Era um lugar sem “lei”, onde o Estado não tinha nenhuma autoridade; não existia

ordem, e isso devia acabar. A prova de que os cárceres eram lugares onde a autoridade estatal não estava presente, foi mostrado pelo canal 4, de Londres, que filmou senderistas em um momento de ação cívica (Imagem 5), cantando e marchando uniformizados, portando figuras marxistas e de seu líder Abimael Guzmán.



Imagem 5: Presidiárias senderistas realizam uma homenagem a seu líder Abimael Guzmán num dos pavilhões do *Penal Castro Castro*, em Lima. Lima, 1991.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. Foto da Revista *Caretas*.

O governo decide, então, que para restaurar a autoridade penitenciária era preciso reestruturar o sistema de segurança dos presídios. Em primeira instância se impôs a entrada do exército; posteriormente se decretou que os cárceres não seriam mais mistos, e por este motivo era necessário que as mulheres detidas fossem transferidas para o presídio de Santa Monica. A medida estipulada pelo Estado trouxe revolta entre a população carcerária, especialmente a de Castro Castro (que possuía a maior quantidade de presos acusados de terrorismo), a qual decidiu fazer frente ao governo e as novas

autoridades penitenciárias. O governo fujimorista respondeu de forma imediata a reação dos reclusos; iniciando uma operação de repressão liderada pelo exército e a polícia; que começaram a atirar, lançar gases lacrimogêneos e explodir as portas bloqueadas pelos detentos. Esta operação durou 4 dias e deixou um saldo de quase 40 mortos e vários feridos³².

A CNDDHH denunciou que as mortes dos reclusos haviam sido realizadas extrajudicialmente, já que, segundo testemunhas, vários deles tinham se rendido; porém o Estado não deu ouvido as denúncias e denominou a operação como o “Sucesos en el penal Castro Castro” (Imagem 6).

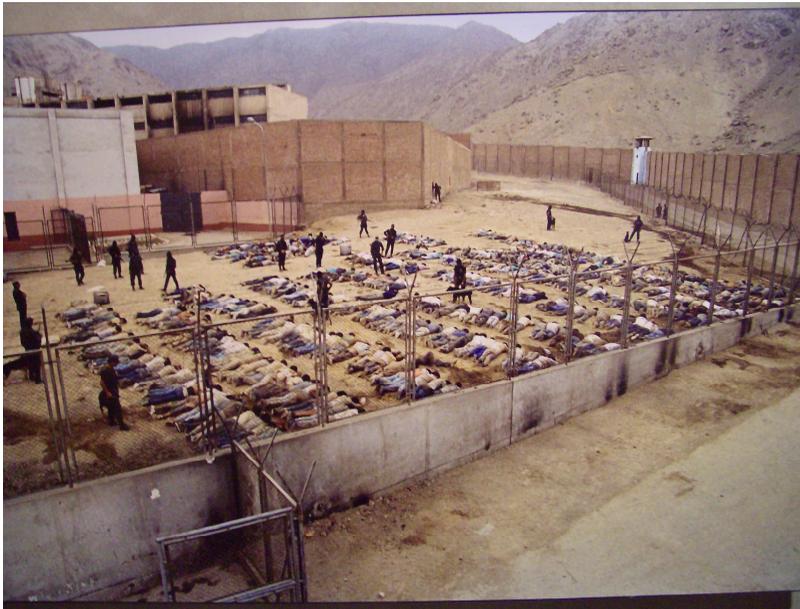


Imagem 6: Rendição de senderistas depois das ações policiais no Penal Castro Castro com a finalidade de realizar o operativo *Mudanza Uno* em maio de 1992. Lima, 9 de maio de 1992.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. Foto de Alejandro Balaguer.

³² *Ibidem*

Assim como os presídios, as universidades públicas eram consideradas espaços de subversivos. Desta maneira promulgou-se uma lei que permitia o ingresso do exército nas universidades (Imagem 7) para que pudesse deter as pessoas que incitavam os alunos a entrar na luta armada. O governo declarou à população que esta medida era necessária, pois

Se ha violado la autonomía universitaria (...) la autonomía por parte de grupos minúsculos que pretende mediante el terror imponer sus consignas. Ya es hora que en la universidad haya orden; sin orden, sin disciplina no puede haber estudios. Ambas son cosas contradictorias, yo quiero orden aquí en la universidad y lo vamos a lograr. (Arquivo de notícias, maio de 1992)



Imagem 7: Efetivos militares no campus da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* em maio de 1991. Naquela ocasião o exército instalou por primeira vez uma base militar no interior do campus universitário. Lima, maio de 1992.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. Foto de Vera Lentz.

Uma vez que a guerrilha se trasladou para as cidades; o governo decidiu continuar com a mesma estratégia, porém somam-se a estas modificações novas táticas voltadas à cidade que as deixariam mais eficazes. Dentro desta concepção se fez necessário formar diferentes grupos ou destacamentos de operações especiais dentro do esquema das forças de intervenção rápida e de eliminação do inimigo interno. Um dos grupos que causou mais comoção na nação foi o destacamento Colina, ligado diretamente ao SIN. Suas ações foram demonstrando que o grupo era um sofisticado esquadrão da morte, pois atuavam de maneira rápida e brutal na aniquilação dos inimigos.

O serviço de inteligência revelava os nomes das pessoas que deviam ser interceptadas por estes grupos. Embora as informações, em certos momentos estivessem corretas, alguns casos foram vistos de forma leviana e levados em ação sem se ter em conta a veracidade das denúncias. Exemplo desta falha na informação foram os casos de Barrios Altos e La Cantuta.

O massacre de Barrios Altos aconteceu em 03/11/1991 (Imagem 8), onde seis integrantes do grupo Colina assassinaram 15 pessoas, sendo que entre elas havia uma criança de oito anos. Além destas mais 4 pessoas ficaram feridas nesta operação. O grupo Colina invadiu um cortiço localizado na periferia de Lima, no qual estava ocorrendo um churrasco beneficente em favor dos moradores do local. A invasão foi motivada por denúncias anônimas que apontavam à existência de líderes de grupos terroristas neste local; o grupo Colina entrou fortemente armado, sem fazer perguntas nem prender suspeitos começou a atirar em todos os presentes do local³³. Este feito marcou o início de uma série de execuções extrajudiciais perpetuadas pelo grupo Colina e com a presumível anuência das forças armadas e do presidente Fujimori.

³³ *Ibidem.*



Imagem 8: Grupo de peritos examinam os corpos das vítimas de *Barrios Altos*.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. Foto da Revista Caretas.

O caso de La Cantuta aconteceu em consequência do violento atentado com carro bomba na Rua Tarata (Imagem 9), em Miraflores (distrito nobre de Lima) deixando dezenas de mortos e feridos. Denúncias anônimas feitas ao SIN, fizeram com que no dia 18 de julho de 1992 o grupo Colina realizasse uma operação de procura e apreensão de na universidade Enrique Guzmán y Valle – La Cantuta. Na qual seqüestraram nove estudantes e um professor que eram tidos como suspeitos de pertencer ao grupo terrorista Sendero Luminoso e haver perpetrado o atentado em Miraflores. Segundo relatos da CVR (Comisión de la Verdad y Reconciliación), os seqüestrados foram levados até um aterro, onde foram torturados e brutalmente assassinados (Imagem 10). Os integrantes do grupo Colina enterraram os corpos das vítimas nas covas que elas mesmas tinham sido obrigadas a cavar antes de ser executados; dias depois, com o intuito de não deixar rastros, as vítimas foram desenterradas e levadas para uma área fora de Lima, sendo queimadas e enterradas para dificultar o reconhecimento das mesmas.



Imagem 9: Rua Tarata um dia depois do atentado senderista.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. Foto de Carlos Dominguez.

A brutalidade dos atos do grupo Colina faz pensar que “*en algunos casos la violencia aparece totalmente determinada por la búsqueda del placer que aporta a quién la pone en acción; se convierte entonces en su propio fin, hasta el punto de que hay que hablar de la violencia por la violencia*” (Wieviorka, 2003:155). Desta maneira pode verificar-se que o Estado criou um sistema eficaz e especializado no terror.



Imagem 10: Exumação dos corpos dos nove estudantes e o professor de *La Cantuta* enterrados em fossas clandestinas em Cieneguilla. Lima, julho de 1993.

Fonte: Exposição fotográfica da Comisión de la Verdad y Reconciliación. . Foto de Jaime Razuri

Estes casos, assim como o esquarteramento da agente do SIN Mariela Barreto e a tortura da agente Leonor La Rosa foram denunciados pelos órgãos de defesas de direitos humanos, os quais fizeram que a opinião pública se voltasse contra Fujimori. Porém, a detenção do líder senderista Abimael Guzmán ajudou a restabelecer a legitimidade do Estado, assim como permitiu ao regime argumentar a favor da eficácia da sua estratégia contrassubversiva.

Sendo assim, as denúncias feitas pelos organismos de Direitos Humanos foram neutralizadas pela eficácia do governo ao capturar a um dos personagens mais polêmicos do país. A captura de Guzmán e de sua cúpula significou a desarticulação e enfraquecimento do grupo senderista, e trouxe à população a sensação de que a paz seria alcançada em breve.

O pronunciamento feito por Fujimori, após a captura do “presidente Gonzalo”, estipulava que o terrorismo seria derrotado até 1995. Entretanto, o presidente reforçou a ideia de que ainda era

necessário manter as estratégias de combate aos movimentos terroristas afirmando que

No debemos ser triunfalistas ni bajar ni un segundo la guardia frente a estos fanáticos y criminales. Debemos ser realistas en todo momento, pero tenemos que estar convencidos que con esta nueva estrategia y con nuestra firme voluntad de vencer, vamos a derrotar a un enemigo que se hace cada vez más visible. A pesar de lo que algunos personajes puedan decir por la televisión, movidos probablemente por intereses políticos, yo sé que ustedes perciben que existe una nueva estrategia que esta dando sus frutos. (El comercio, 14 de setembro de 1992, anexo 2)

Porém, as denúncias contínuas de novos casos de violações aos direitos humanos seguiam sendo publicadas pelas comissões defensoras dos Direitos Humanos. Estas acusações contra o governo surtiram efeito em alguns momentos, em que a população saía às ruas para manifestar seu repúdio aos abusos cometidos pelas instituições armadas; porém deve refletir-se que isto acontecia quando a violência subversiva havia diminuído caso contrário a população se manifestava, outra vez, em favor da estratégia contrassubversiva.

Exemplo disto foi o apoio que teve Fujimori e as forças armadas na operação Chavín de Huántar, acontecido em 1997. Esta operação foi exercida em consequência ao rapto de personagens importantes da política peruana e japonesa na casa do Embaixador japonês. A população peruana com medo de que ressurgisse a subversão apoiou a medida tomada pelo governo de não haver negociação com os *emerretistas* (integrantes do MRTA) e aplaudiu a ação tomada pelos comandos do exército, os quais entraram, mataram a todos os subversivos e resgataram com vida aos reféns. Este episódio deu mais credibilidade ao Estado, e por sua vez valorizou-se a eficácia do SIN e o treinamento contrassubversivo das forças armadas perante a opinião pública internacional.

Pelo exposto, o contexto da realidade peruana possibilitou que o Estado peruano exercesse um poder indiscriminado quando se referia à “ameaça terrorista”. A difamação contra os órgãos de Direitos Humanos dada pelo governo serviu para abafar as denúncias feitas pelos mesmos e

ganhar o apoio popular. Embora algumas vezes a população tenha demonstrado seu repúdio as estratégias antissubversivas estabelecidas pelo Estado; concordava que Fujimori tinha se mostrado a única pessoa capaz de derrotar o terrorismo, e que suas medidas em curto prazo resultaram eficazes para restabelecer a ordem perdida no país.

3.3. Reflexões sobre a sistematização da estratégia contrassubversiva

Como visto anteriormente, durante a década de 1980, o conflito armado no Peru, requereu do Estado a formulação de uma estratégia contra a subversão; porém esta estratégia adotada pelo Estado foi a de responder com violência, o que ocasionou uma guerra sangrenta e cruel para a população peruana.

Para poder acabar com as matanças massivas e arbitrárias tanto dos grupos guerrilheiros, quanto do Estado, o governo do presidente Alberto Fujimori decide implementar uma estratégia que seja mais eficaz na luta contra a subversão. Esta estratégia foi redefinida, a não só seguir um planejamento militar, senão a também trabalhar com a questão social, pois se existisse uma aliança com os setores que estavam sendo castigados pelo Sendero e o MRTA, as possibilidades de que estes movimentos guerrilheiros fossem derrotados seriam grandes.

Com isto o governo implantou uma política de ajuda social aos setores menos favorecidos do país; em seguida iniciou uma campanha de aliança com a população, no qual se estabelece a parceria entre governo, camponeses e FFAA e PNP. Esta primeira parte da estratégia da início a campanhas de ação cívica, proteção aos camponeses das zonas atacadas pelos subversivos e a criação de organismos de defesa civil.

Por sua vez a segunda parte da estratégia requeria que houvesse um serviço de inteligência que pudesse ser eficaz na identificação e neutralização dos guerrilheiros. A tese do Fujimori era de que as condições da democracia no país e a crescente onda de corrupção não lhe dariam as condições necessárias para montar uma equipe especializada na luta contra a subversão. Surge, então, a ideia de que um golpe seria o melhor caminho para estabelecer políticas antiterroristas e executá-las de acordo a situação. Uma vez dado o *autogolpe*, inicia-se a sistematicidade da estratégia contrassubversiva, ou seja, o SIN teria de

agir de forma organizada e seletiva na procura dos elementos subversivos.

Deste modo, faz-se necessário analisar três pilares da sistematização da estratégia contrassubversiva. Estes foram a humanização da guerra; o autoritarismo do Estado e a conseqüente dualidade na sistematização da guerra.

As discussões relativas à preservação e ao respeito aos direitos humanos na sistematização da estratégia antissubversiva levam a crer que ao se implementar políticas sociais, o Estado estava preocupado em inserir as populações excluída dentro da sociedade peruana. Seguindo esta linha de raciocínio, De Althaus³⁴ afirma que a sistematização da estratégia contra o terrorismo desenvolveu a “humanização da guerra”; porque os camponeses deixam de ser vistos como inimigos do governo e formam alianças com as instituições armadas. A partir deste momento o governo, em conjunto com as forças armadas, inicia um programa de inserção social, levando às comunidades alimentos, trabalho cívico, obras sociais; ao mesmo tempo os camponeses delatam e entregam os senderistas as forças armadas, constituindo-se assim uma estratégia muito mais respeitosa dos direitos humanos.

Outro ponto importante a ser destacado, dentro da humanização da guerra, é a militarização da população; que se deu porque

las Fuerzas del Orden no se abastecían para cubrir todo el espacio geográfico del territorio nacional, entonces se dio una ley, se capacitó a las comunidades rurales de la sierra y de la selva en especial, denominándolas Comités de Autodefensa, para protegerse de las acciones subversivas (relato de entrevistado PNP)

É claro que a sistematização da estratégia contrassubversiva iniciou um processo de introdução e fortalecimento do Estado nos lugares onde ele estava fragilizado; também com as políticas sociais, proporcionou-se aos camponeses direitos sociais e civis que eles não possuíam plenamente, iniciando, assim o processo de cidadania. Segundo Marshall (1967:84)

³⁴ Em entrevista com a autora em 06 de Julho de 2009.

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum.

Ao conseguir estes direitos o camponês começa a se ver como cidadão, e sente que é necessário exercer a sua cidadania através da participação, neste caso delatando os subversivos e entregando-os para as autoridades.

Contudo, discordo de que esta humanização da guerra foi totalmente respeitosa dos direitos humanos. Primeiro, porque o Estado se eximiu da responsabilidade de defesa de seus cidadãos; o armar e militarizar a população civil não significa proteção, pelo contrário significou dar-lhe um poder indiscriminado no qual podia fazer uso dele como bem entender. Segundo, esse poder indiscriminado deu as condições de que as violações contra a população continuassem, é claro que foram de forma seletiva, porém não se impediu que esta seletividade tivesse características arbitrárias.

Um exemplo disto foi o assassinato de Irma Juscamayta e seus cinco filhos; os quais foram torturados, estuprados e brutalmente assassinados, simplesmente porque o marido de Irmã tinha sido seqüestrado por senderistas e os rondeiros acreditaram que eles poderiam ter alguma relação com os subversivos³⁵. A mágoa tida por alguns rondeiros contra os subversivos fez com que estes prendessem e, em certos momentos, executassem pessoas que estivessem direta ou indiretamente envolvidas na atividade subversiva.

Embora o Estado não tivesse levado em consideração que abusos e excessos poderiam ser cometidos, viu na aliança com a população e nos comitês de autodefesa um instrumento para a estratégia de contra-insurgência das forças armadas. Isto significou um grande passo para a luta contra o terrorismo, pois foram os comitês de autodefesa que forçaram os senderistas a recuar das regiões do interior do país; porém surgiu a problemática de como resolver o problema da crescente insurgência nas capitais, especialmente em Lima.

³⁵ *Ibidem*.

O argumento do governo foi de que era necessário implantar novas leis que dessem garantias ao Estado no combate ao terrorismo; entretanto isto não seria possível, se não se desestruturasse o sistema político corrompido. Percebe-se que é através da propaganda antissubversiva que Fujimori consegue o apoio do povo; ou seja, parafraseando Arendt (2007), a propaganda tornou-se parte integrante da “guerra psicológica” em que a população peruana se encontrava.

Sendo assim, o autogolpe aparece como a “salvação” do país; pois só assim se conseguiria planejar uma estrutura contra-insurgente sistemática e eficaz. A dissolução do congresso era necessária para poder promulgar decretos de leis contra o terrorismo, assim como para garantir que se esquematizasse um forte serviço de inteligência nacional. Da mesma forma a reestruturação do poder judiciário tornou-se um instrumento eficaz para a condenação dos acusados por terrorismo.

A indicação de juízes, de governadores regionais, a obtenção da maioria no congresso e o respaldo das forças armadas garantiram a Fujimori a concentração dos três poderes; eliminando, assim, qualquer resquício de democracia existente no país. O desequilíbrio entre os três poderes foi exacerbado pela relação existente entre o presidente, Montesinos, o SIN e o alto mando militar. O respaldo das forças armadas a Fujimori lhe permitiu adquirir plenos poderes; ademais o uso do SIN serviu-lhe como um instrumento de repressão, convertendo-se na polícia política do país, encarregada de reprimir a oposição, aos meios de comunicação independentes e outras possíveis ameaças a hegemonia do governo.

Os métodos utilizados pelo SIN eram de perseguição, intimidação, ameaça de morte e chantagem. Exemplo disto foi a desapareção forçada de autoridades de Chuschi, que se negaram a formar Comitês de autodefesa. É preciso lembrar que a perda da liberdade tornou-se um procedimento regular no governo Fujimori, pois este conseguiu fazer com que as leis respaldassem os atos inconstitucionais do SIN.

Por sua vez, as políticas contrassubversivas do SIN revelaram que existia a racionalização da violência, prova disto é a criação de grupos especializados no aniquilamento seletivo de possíveis focos subversivos dentro da capital peruana. A racionalização da violência tornou-se princípio de ação destes grupos. Este princípio de ação estava regido pela categoria meio-fim; ou seja, as ações contrassubversivas adotadas pelas forças da ordem seriam direcionadas ao extermínio dos subversivos, as quais se dariam através de uma força de intervenção

rápida. Não obstante, a problemática da preservação dos direitos humanos significava para o Estado, assim como para os senderistas, uma barreira para o desfecho da guerrilha.

Para o Estado os guerrilheiros haviam conseguido que “as organizações de Direitos Humanos lhes sirvam de cobertor para desenvolver uma ofensiva criminal no qual somente os direitos humanos exigem que se respeite a suas vidas, pouco importando-lhes a vida do povo ou de suas autoridades civis e militares” (El Comercio 25 de Julho de 1992 – Anexo 3)

As violações perpetuadas por Sendero indicam que os subversivos não reconheciam ideologicamente nenhum valor dos direitos humanos; nem sequer como um assunto de imagem pública; fazendo com que os senderistas não se preocupassem com a repercussão de atos como matar, sequestrar e torturar aqueles que não estavam de acordo com a sua revolução

Devido a esta situação o governo Fujimori criou um mecanismo perverso que manipulava os temores da população e limitava o debate nacional sobre as consequências do conflito armado interno. Houve uma conduta sistemática de encobrimento dos fatos, as autoridades se negavam a receber denúncias de violações aos direitos das pessoas, por sua vez o governo mantinha uma campanha sempre hostil em relação aos órgãos de direitos humanos, o qual surtia efeito na população que se encontrava amedrontada.

De tal modo se consolidou o enfoque de mão dura dos militares, assim como a sua capacidade de operar impunemente. Exemplo disso são as seguintes leis: Lei Cantuta (1993), Lei de Anistia (1995) e a Lei Anti-referendum (1997).³⁶ Quando ocorreram denúncias de graves violações aos direitos humanos por parte do grupo Colina, os altos mandos militares incitaram ao congresso de que o julgamento deveria ser feito em foro militar. Após a condenação dos membros do grupo Colina, o presidente promulgou a lei 26479, a qual anistiava a todos os militares condenados por violações de direitos humanos.

Por outro lado, a DINCOTE e o GEIN demonstraram que era possível fazer um trabalho contrassubversivo sem ferir os direitos dos

³⁶ Consideradas os tripé da impunidade no governo Fujimori. A primeira lei estipulava que em casos de problemas de competência sobre a jurisdição civil o militar, estes seriam resolvidos na Corte suprema por maioria simples. A segunda lei anistiava a todos os militares que tinham cometido violações aos direitos humanos. A última foi dada para garantir que não se derroque a Lei de interpretação própria, pois garantia que Fujimori lançasse sua candidatura para uma segunda re-eleição.

cidadãos. O esquema utilizado foi a da sistematização da inteligência, no qual se formaram pequenos grupos que tinham a missão de se infiltrar nos locais em que se sabia da existência de comandos subversivos, capturando somente as pessoas envolvidas com Sendero ou o MRTA. Em vez de haver execuções arbitrárias, a DINCOTE negociava com os subversivos a diminuição da pena caso estes revelassem o paradeiro dos altos mandos subversivos, é através destas informações que a DINCOTE capturou o líder senderista Abimael Guzmán.

Na medida em que a estratégia se tornou seletiva houve a diminuição de mortes e desaparecimentos forçadas, como é mostrado anteriormente no gráfico 5. Contudo, o governo caiu em contradições ao se afirmar que haveria o respeito aos direitos humanos, quando na realidade o que estava acontecendo era à deterioração das condições de vida, o incremento alarmante da violência política e as persistentes violações aos direitos humanos. No entanto, vale lembrar que a repressão e violência política não teriam sido possíveis se não existisse a noção hobessiana do interesse comum. O Peru precisava de paz, clamava por paz, e isto fez com que a população pensasse que a paz devia ser alcançada a qualquer custo, mesmo se implicasse na perda de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das idéias apresentadas ao longo do trabalho, nesta seção irei realizar alguns comentários finais. A sistematização da estratégia antiterrorista no governo Fujimori provocou graves violações aos direitos humanos no Peru; embora tenham sido em menor escala do que nos governos anteriores, a forma de combate utilizado pelo governo fez com que se questionasse o uso da violência para conseguir a paz.

As políticas econômicas adotadas e a falta de inserção das camadas mais pobres da população peruana despertaram na esquerda peruana o sentimento de que era necessário desestruturar as velhas formas de governo e implantar um governo mais inclusivo. Porém, alguns setores mais radicais da esquerda acreditavam que isto não seria possível se não se conscientizasse a população de sua verdadeira condição, e que somente se conseguiria derrocar o velho Estado se os camponeses se levantassem em armas contra os setores que os oprimiam.

Esta ideia revolucionária, em princípio ganhou o apoio das populações esquecidas pelo Estado peruano, já que o discurso dado pelos grupos subversivos, especialmente Sendero Luminoso, era de que eles trariam políticas de inclusão social. No entanto, o Sendero Luminoso durante o processo de luta armada revelou-se um movimento opressor, vingativo e totalitário, provocando medo e descontentamento das classes populares e marginalizadas do país.

Os governantes anteriores a Fujimori não conseguiram estruturar um plano específico e eficiente para combater os grupos subversivos. Em primeiro lugar, porque não deram a atenção devida e em segundo lugar porque delegaram a estratégia aos organismos militares do país, os quais agiram de maneira desorganizada e violenta para acabar com o terrorismo.

A constante crise econômica, a corrupção dos governantes e as respostas violentas dos militares às ações dos senderistas fizeram com que a luta armada se tornasse a mais cruel da história do país, gerando na população uma anomia profunda e um sentimento de instabilidade e insegurança.

O descontentamento do povo e as condições catastróficas em que o país se encontrava provocaram a rejeição pelos velhos atores políticos e, conseqüentemente, a procura de alternativas fora do sistema político. Assim, Fujimori surge como uma figura carismática que se identificava

com o povo, sobretudo com as camadas mais pobres e esquecidas da população. Sua campanha contra a política neoliberal do candidato Mario Vargas Llosa, a sua “preocupação” de formar uma estratégia de pacificação para combater a subversão e a aproximação com o povo lhe renderam a presidência do Peru.

Durante seu governo estabeleceram-se políticas sociais e econômicas que ajudaram o país a sair da crise econômica; contudo, as leis de pacificação ditadas pelo executivo receberam a rejeição do congresso. Perante a rejeição de suas propostas, Fujimori iniciou uma campanha de desprestígio do congresso e meses depois deu um autogolpe, o qual recebeu o apoio da população peruana.

O autogolpe e o apoio pleno da população serviram de base para o autoritarismo do Estado e a sistematização da luta contrassubversiva. O governo autoritário usou a ideia do terror para por em prática leis inconstitucionais na luta contra a insurgência armada, outorgando às forças da ordem (FFAA e PNP) plenos poderes para traçar uma estratégia eficaz contra os subversivos. A estratégia planejada pelo SIN se revelou na sistematização da violência política e na grave violação aos direitos humanos.

As denúncias feitas por órgãos de Direitos Humanos sobre as violações aos direitos dos cidadãos foram neutralizadas pelo discurso de que estas entidades estavam em defesa dos direitos dos terroristas e não da população civil. Com isto o governo fujimorista iniciou uma campanha de desprestígio das organizações defensoras de Direitos Humanos catalogando-as como defensoras de terroristas e inimigas da paz nacional. Embora houvessem violações aos direitos humanos, a captura do líder senderista Abimael Guzmán demonstrou que a estratégia antissubversiva era eficaz. Esta eficácia sustentou a ideia de que para acabar com a subversão podia-se realizar qualquer ação considerada necessária para acabar com o conflito, inclusive desrespeitar os direitos dos cidadãos.

Na sua campanha eleitoral Fujimori adotou o discurso sobre o respeito aos direitos humanos. Sua proposta inicial era de diálogo com os subversivos para que se pudesse chegar a um acordo e fazer a guerra parar; porém no início de seu governo deu sinais claros de que nenhuma negociação seria feita com os terroristas, pois estes estavam contra a prosperidade e a ordem social do país. Deste modo, inicia-se uma estratégia político-militar a qual se encarregaria de acabar com a violência em curto prazo. A estratégia elaborada pelo governo, através do SIN, planejou um cronograma de ação contrassubversiva, no qual se

intensificaria o serviço de inteligência e se faria um trabalho de recuperação das áreas de risco. Isto demonstrou que a nova estratégia havia adquirido traços sistemáticos, porque se focou na captura dos líderes senderistas e emerretistas. A formação de grupos de inteligência, a DINCOTE e o SIN, revelaram que existia uma dualidade na estratégia contrassubversiva. Enquanto o primeiro trabalhava exclusivamente no desenvolvimento de operações de inteligência (seguimento e vigilância) para capturar os principais líderes subversivos, o segundo estruturava uma estratégia de repressão e de formação de esquadrões da morte, como o caso do grupo Colina, para aniquilar os supostos subversivos.

O planejamento da estratégia antissubversiva se deu por dois motivos; primeiro pela vontade popular de alcançar a paz e pela pressão dos movimentos de Direitos Humanos para que o governo se organizasse e deixasse de cometer violações indiscriminadas contra a população peruana. Desta forma o governo formula uma estratégia sistemática, ou seja, organizada e estruturada de forma que pudesse fornecer inimigos concretos e que, por sua vez, pudesse estipular quem devia ser preso ou não. Aqui, inicia-se um processo de seletividade e aniquilamentos seletivos para poder acabar com a estrutura dos movimentos subversivos. Esta sistematização era direcionada à captura dos elementos subversivos; porém ela não se revelou respeitadora dos direitos humanos. Embora existiram denúncias das graves violações cometidas no governo Fujimori, a população deu plenos poderes ao mandatário para conseguir conquistar a paz e a estabilidade econômica que a mais de uma década castigavam o país.

Desta maneira, demonstrou-se que a sistematização da estratégia contrassubversiva abrangeu procedimentos de eliminação seletiva, e que em alguns momentos teve violações premeditadas aos direitos humanos. No entanto, a consolidação do Estado autoritário e de uma estratégia sistemática contra a subversão só foi possível porque o povo deu garantias e apoio para as políticas estabelecidas por Fujimori, sem levar em consideração que ao se dar plenos poderes para um governante abrimos mão de nossos direitos e liberdades estabelecidas por lei.

Neste trabalho reconstituímos algumas violações ocorridas no governo Fujimori e demonstramos como elas faziam parte de uma estratégia sistematizada para acabar com o terrorismo. Obviamente, este trabalho é um primeiro esforço em analisar este tema. Muitos aspectos aqui apresentados podem ser aprofundados em pesquisas posteriores que venham a elucidar ainda mais questões relacionadas à questão da violação dos direitos humanos no governo Fujimori. Estudos deste tipo

podem contribuir também para a compreensão da atual conjuntura político-social peruana, que mais recentemente vem enfrentando novos conflitos semelhantes aos acontecidos durante os 20 anos do conflito armado, hoje mais ainda vinculados ao narcotráfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Eusevier, 2004.

_____. **O Futuro da Democracia**. 11ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CRABTREE, John. **Alan García en el poder: Perú 1985-1990**. Lima: Peisa, 2005.

COMPARATO, F. Konder. **Fundamento dos Direitos Humanos**. São Paulo: IEA/USP, 1997.

CONAGHAN, Catherine. M. **Fujimori's Peru: Deception in the Public Sphere**. University of Pittsburgh, 2005.

CORREIA, Theresa. R. C. **Considerações Iniciais sobre o Conceito de Direitos Humanos**. Fortaleza: Revista Pensar, 2005. V.10, n.10, p.98-105

COMISION DE LA VERDAD Y RECONCILIACION. **Versión Abreviada del Informe Final de la Verdad y Reconciliación**. Lima. Editora Delvi: Primera Edición, 2004. ISBN: 978-9972-9816-4-7.

COTLER, Julio; GROMPONE, Romeo. **El Fujimorismo: Ascenso y caída de un régimen autoritario**. Lima: IEP, 2000.

_____. **Política y Sociedad en el Perú: Cambios y continuidades**. Lima: IEP, 1994.

DEGREGORI, C.; MELÉNDEZ, C. **El Nacimiento de los Otorongos: El Congreso de la República durante los gobiernos de Alberto Fujimori, 1990-2000**. Lima: IEP, 2007

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GONZALES, Efrain. **Transformación sin desarrollo: Perú 1964-1994**. In: Cotler (org.). *Perú 1964-1994: Economía, Sociedad y Política*. Lima: IEP, 1995.

MAINWARING, Scott. **Democratic Survivability in Latin America**. In: *Working Paper # 267*, 1999, p. 1-87. Disponível

<<http://www.nd.edu/~kellogg/publications/workingpapers/WPS/267.pdf>

> acessado em 23/06/2009.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Ministerio de Justicia del Perú. **Guía para Promotores de Derechos Humanos**. Lima, Peru 2006.

MONTOYA, Rodrigo. **Esquerda Unida e Sendero Luminoso: potencialidades e limites**. In: Amayo (org.). *Sendero Luminoso* São Paulo: Vértice, 1988.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 3ª edição. São Paulo: Max Limonad, 1997.

ROCHABRU, Guillermo. **Batallas por la Teoría: en torno a Marx y El Perú**. Lima: IEP, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais. 1997. N. 48, p. 11- 31

TANAKA, Martin. **Los espejismos de la democracia: el colapso del sistema de partidos en el Perú, 1980-1995, en perspectiva comparada**. Lima: IEP, 1998.

WIERVIOKA, Michel. **Terrorismo y Violencia Política**. Revista Internacional de Sociología, Tercera Época, Número 2, 1992, pp. 169-178.

_____. **Violencia y Crueldad**. Revista Anales de la Cátedra Francisco Suárez, Número 37, 2003, pp. 155-171.

YOUNGERS, Coletta. **Violencia Política y Sociedad Civil en el Perú: Historia de la Coordinadora Nacional de Derechos Humanos**. 1ª edición. Lima: IEP, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1: MENSAJE A LA NACIÓN DEL PRESIDENTE DEL PERÚ INGENIERO ALBERTO FUJIMORI FUJIMORI, EL 5 DE ABRIL DE 1992.

Compatriotas:

Durante estos veinte meses mi Gobierno se propuso la construcción de una democracia real, de una democracia que garantizara efectivamente la participación, en igualdad de condiciones, de todos los ciudadanos, en la que no haya lugar para el privilegio y la prebenda; y que realmente nos permitiera vencer, en el mediano plazo, el atraso, la miseria, la falta de oportunidades, la corrupción y la violencia.

Como muchos peruanos he pensado que ésta era quizá la última oportunidad para que el Perú fuera al encuentro de su destino. Algunos resultados positivos e indiscutibles se aprecian ya en este primer tramo de mi gobierno, ellos son el resultado de la disciplina y el orden con que se han manejado los asuntos nacionales y de la actitud responsable y sacrificada del pueblo peruano. Allí están la reinserción de nuestro país en el ámbito financiero internacional, el paulatino control de la hiperinflación y el clima de confianza y estabilidad logrados.

Pero hoy sentimos que algo nos impide continuar avanzando por la senda de la reconstrucción nacional y el progreso. Y el pueblo del Perú sabe la causa de este entrapamiento, sabe que no es otro que la descomposición de la institucionalidad vigente. El caos y la corrupción, la falta de identificación con los grandes intereses nacionales de algunas instituciones fundamentales, como el Poder Legislativo y el Poder Judicial, traban la acción de gobierno orientada al logro de los objetivos de la reconstrucción y el desarrollo nacionales.

A la inoperancia del Parlamento y la corrupción del Poder Judicial se suman la evidente actitud obstruccionista y conjura encubierta contra los esfuerzos del pueblo y del gobierno por parte de las cúpulas partidarias. Estas cúpulas, expresión de la politiquería tradicional, actúan con el único interés de bloquear las medidas económicas que conduzcan el saneamiento de la situación de bancarrota que, precisamente, ellas dejaron.

Igualmente, hay grupos a quienes interesa que fracase la estrategia de Pacificación porque no se atreven a tomar posición clara frente al terrorismo.

Los encarnizados adversarios políticos de ayer se unen hoy en el propósito de impedir el éxito de la gestión de gobierno, sin importarles el futuro del país. Detrás de esta innoble alianza se encuentra el interés común por recuperar el espacio político perdido.

En la lucha contra el narcotráfico, el Parlamento ha mostrado debilidad e inconsecuencia. Esto se ve claramente en su posición frente a la legislación propuesta por el Ejecutivo para sancionar el lavado de dinero, para permitir levantar el secreto bancario, para sancionar la compra y venta de bienes provenientes del tráfico ilícito de drogas y para sancionar a servidores y funcionarios públicos que incurran en actos de encubrimiento de narcotraficantes. Todas estas medidas planteadas por el gobierno, mediante Decreto Legislativo N° 736, fueron derogadas por el Congreso sin la menor explicación y sin pensar que de esta manera se dejaba al país desarmado para sancionar con la dureza necesaria a quienes delinquen con el tráfico de drogas.

La actitud irresponsable y negativa de los parlamentarios no respeta, tampoco, los mandatos constitucionales, los cuales son violados conscientemente. Tal es el caso de la promulgación de la Ley N° 25397, denominada Ley de Control Parlamentario sobre los actos normativos del Presidente de la República que pretende maniatar a éste, recortándole atribuciones elementales para gobernar. Esto en aspectos tan importantes como la política económica o la lucha antiterrorista, cuando se niega al Presidente la facultad de señalar cuáles son las zonas de emergencia.

Sin el menor respeto por las facultades presidenciales consignadas en nuestra Constitución, incluso se pretende negarle la posibilidad de observar en todo o en parte la Ley Anual de Presupuesto. Este exceso demagógico y obstruccionista ha conducido a un grave déficit presupuestal que podría hacer rebrotar la hiperinflación si no se toman urgentes medidas correctivas.

Incurriendo en un acto que arremete y ofende a un país que vive grandes dificultades económicas, el Congreso ha elevado, groseramente, su presupuesto y extendido, indebidamente, las cédulas vivas a ex parlamentarios. Esta actitud demuestra la total indiferencia del Parlamento ante el reclamo de austeridad, eficacia y seriedad en el trabajo legislativo, que ha hecho innumerables veces el ciudadano común y corriente.

Son muchas las sesiones parlamentarias que se han frustrado porque el Hemiciclo no contaba con quórum. Así, muchos proyectos de ley, importantes para la marcha del país, quedan encarpados por

irresponsabilidad, desidia, holgazanería de los mal llamados “Padres de la Patria”.

El pueblo del Perú, las grandes mayorías, reclaman que las energías nacionales sean canalizadas, orientadas y administradas, por instituciones eficientes comprometidas con el supremo interés de la nación. Por eso su rechazo permanente a un parlamentarismo irresponsable, estéril, antihistórico y antinacional, que hace prevalecer el interés de grupos y cúpulas partidarias sobre el del Perú. El país quiere un Parlamento conectado con las grandes tareas nacionales, despojado de los vicios del caciquismo político y del clientelismo. La administración de justicia ganada por el sectarismo político, la venalidad y la irresponsabilidad cómplice, es un escándalo que permanentemente desprestigia a la democracia y a la ley. El país está harto de esta realidad y desea soluciones. Quiere un sistema de administración de justicia eficaz y moderno, que constituya plena garantía para la vida ciudadana. No quiere más feudos de corrupción allí donde debiera reinar una moral intachable.

Entre algunos ejemplos de cómo funciona la justicia en el país, baste con mencionar la liberación inexplicable de narcotraficantes, o el trato notoriamente parcial que les es dispensado a los mismos, o la masiva puesta en libertad de terroristas convictos y confesos, haciendo mal uso del llamado criterio de conciencia. Hay que contrastar, pues, la sospechosa lentitud con que se llevan los procesos seguido por los ciudadanos de escasos recursos y la diligencia inusual con la que se tratan los casos de gentes con influencia y poder. Todo esto hace escarnio de la justicia.

La corrupción y la infiltración política han llegado a tal grado que ésta se da en todos los niveles e instancias del Poder Judicial. En el Perú la justicia siempre ha sido una mercancía que se compra o se vende al mejor postor.

No negamos que existen jueces y fiscales honestos y probos. A ellos debemos rescatarlos, destituyendo de una vez por todas a los corruptos.

El proceso de regionalización fue una gran esperanza para los pueblos del Perú, pero nació contaminado por los vicios del sistema político tradicional y en lugar de ser hoy solución, es un multiplicado problema pues se han generado minicentralismos regionales y una nueva frustración nacional. Frondosas burocracias, hambrientas de poder y de recursos fiscales, se han instalado en la mayoría de los gobiernos regionales y están reproduciendo todos los vicios y taras del viejo centralismo limeño. Nada nuevo hay en su concepción de cómo deben

emplearse los dineros del pueblo y la nación, pues, en vez de privilegiar el gasto en obras necesarias, dan prioridad al dispendio y al gasto improductivo. Y esto no puede permitirse.

Nadie duda que el Perú no puede continuar postergando indefinidamente cambios socioeconómicos fundamentales. Es por ello que, hoy más que nunca, el Perú necesita, no un parche o una reforma parcial, sino una profunda transformación. El Perú no puede continuar debilitándose por obra del terrorismo, el narcotráfico, la corrupción. Tenemos que robustecerlo por la vía de una modificación radical de las estructuras del país. No podemos esperar tres años más para que lleguen al Parlamento ciudadanos identificados con los reales intereses del pueblo. No podemos esperar, tampoco, un día más, para llevar adelante la reorganización total del Poder Judicial.

EL Perú se ha jugado en estos veinte meses su destino, pero se lo seguirá jugando en el futuro pues la reconstrucción del país recién empieza. El gobierno es consciente de la necesidad histórica de eliminar todas las resistencias y frenos a este proceso de reconstrucción.

Si el país no se reconstruye ahora, si no se sientan las bases del desarrollo nacional, no hay garantía posible para el bienestar de los peruanos como colectividad civilizada, como Estado.

Nuestro objetivo es lograr, tras la reconstrucción, una sociedad próspera y democrática. La actual formalidad democrática es engañosa, falsa; sus instituciones sirven a menudo los intereses de todos los grupos privilegiados.

Es cierto que la propia Constitución prevé los mecanismos para su modificación, pero es igualmente cierto que para que ello suceda se necesitan dos primeras legislaturas ordinarias consecutivas, lo que vendría a significar que, casi al término del presente mandato, recién contaríamos con los instrumentos legales necesarios para la reconstrucción general del Perú. Y ello si el Congreso se decide a aprobar las modificaciones necesarias, incluyendo aquellas que son contrarias a los intereses de los propios parlamentarios, como por ejemplo, la reducción de sus emolumentos o la no-reelección.

¿Cuál es la institución o mecanismo que permitiría realizar todos los cambios profundos que a su vez hagan posible el despegue del Perú? Sin lugar a dudas ni el Parlamento, ni el Poder Judicial son hoy por hoy agentes de cambio, sino más bien freno a la transformación y el progreso.

Como Presidente de la República, he constatado directamente todas estas anomalías y me he sentido en la responsabilidad de asumir una

actitud de excepción para procurar aligerar el proceso de esta reconstrucción nacional, por lo que he decidido tomar las siguientes trascendentales medidas.

1. Disolver temporalmente el Congreso de la República, hasta la aprobación de una nueva estructura orgánica del Poder Legislativo, la que se aprobará mediante un plebiscito nacional.
2. Reorganizar totalmente el Poder Judicial, el Consejo Nacional de la Magistratura, el Tribunal de Garantías Constitucionales, y el Ministerio Público para una honesta y eficiente administración de justicia.
3. Reestructurar la Contraloría General de la República con el objeto de lograr una fiscalización adecuada y oportuna de la administración pública, que conduzca a sanciones drásticas a los responsables de la malversación de los recursos del Estado.

Reitero que como ciudadano elegido por las grandes mayorías nacionales, solo me anima el deseo de lograr la prosperidad y la grandeza de la nación peruana. Y ello solo será posible a través de una profunda transformación del Estado y sus instituciones, para que éstas se constituyan en verdaderos motores del desarrollo y la justicia social.

En consecuencia, la continuidad gubernamental se dará transitoriamente a través de un Gobierno de Emergencia y Reconstrucción Nacional, cuyos principales objetivos son los siguientes:

- a. Modificar la actual Constitución Política en lo que atañe al logro de una nueva estructura del Congreso y del Poder Judicial, con el fin de convertir a éstos en eficaces instrumentos de orden y desarrollo. En lo que concierne al primero, establecer un Poder Legislativo moderno, identificado con los intereses del país y que se renueve periódicamente.
- b. Moralizar radicalmente el Poder Judicial y las instituciones ligadas a él.
- c. Modernizar la administración pública para adecuarla a los fines del desarrollo y la mejor y más racional utilización de los recursos.
- d. Pacificar el país, dentro de un marco jurídico que sancione en forma drástica a los terroristas y narcotraficantes, para así garantizar un clima de paz y tranquilidad que haga posible las inversiones nacionales y extranjeras.
- e. Luchar frontalmente contra el narcotráfico y las actividades ilícitas conexas y lograr la eliminación de los casos aislados de inmoralidad y corrupción en las fuerzas del orden y otras instituciones.
- f. Sancionar ejemplarmente todos los casos de inmoralidad y corrupción en la administración pública.

- g. Promover la economía de mercado dentro de un marco jurídico que dé seguridad y fomente la eficiencia y competitividad de los agentes económicos.
- h. Reorganizar el Sistema Educativo adaptándolo a las necesidades del desarrollo, fomentando la creación de una conciencia patriótica y promoviendo la construcción masiva de centros escolares, para de esta manera, paralelamente, generar empleo.
- i. Descentralizar las facultades del Gobierno Central mediante un proceso de regionalización que reduzca la burocracia y el número de diputados regionales.
- j. Elevar a mediano plazo, sustancialmente, los niveles de vida de la población, creando las condiciones para una plena realización de la persona humana.

En tanto se mantenga esta situación de transitoriedad, quedan en suspenso los artículos de la Constitución que no sean compatibles con estos objetivos de gobierno. Así, la función legislativa será asumida por el Consejo de Ministros, el mismo que queda facultado para expedir decretos leyes. Por otro lado, se creará en el más breve plazo posible una comisión para la reorganización total del Poder Judicial.

Asimismo, próximamente se nombrará una comisión, que será integrada por connotados juristas, para que elabore un proyecto de reforma constitucional con el fin ya expresado de adecuar nuestra Carta Magna a los fines del desarrollo, la modernización y la pacificación del país. En su oportunidad se convocará a un plebiscito nacional para la aprobación de esta reforma.

Todo cambio social verdadero debe tener como eje a la juventud pero una juventud llena de mística nacionalista. Este es un país de jóvenes y es la juventud la que va a decidir el futuro. La juventud es la capa más sensible, idealista y honesta de la población. Hay que evitar que se contamine con la droga, el fanatismo o la frustración. Su energía debe ser el gran combustible de la transformación nacional.

Los jóvenes van a comprender que de lo que se trata es de sembrar un nuevo país y acabar con el viejo y podrido orden de los políticos, jueces y autoridades corruptas que impiden la verdadera democracia. De tal manera que los destinos de la República se rijan por los verdaderos intereses nacionales y no por formalismos seudo democráticos que solo han contribuido a frenar el progreso del país.

El Perú tiene una sola salida: La reconstrucción nacional. Nada va a cambiar si ésta no se produce y si a la vez no se asegura la voluntad de

cambio, el ansia de renovación del pueblo, que no sea boicoteada por el parlamentarismo estéril, por jueces y funcionarios corruptos. El país debe entender que la suspensión temporal y parcial de la legalidad existente, no es la negación de la democracia real sino, por el contrario, es el punto inicial de la búsqueda de una auténtica transformación que asegure una democracia legítima y efectiva; que permita a todos los peruanos convertirse en constructores de un Perú más justo, más desarrollado y respetado en el concierto de las naciones. Como Jefe Supremo de las Fuerzas Armadas y de la Policía Nacional, he dispuesto que éstas tomen inmediatamente las acciones pertinentes a fin de garantizar las medidas anunciadas y cautelar el orden y la seguridad ciudadanas.

Buenas noches.

ANEXO 2: MENSAJE A LA NACIÓN - LA CAPTURA DE ABIMAEEL GUZMÁN. EL COMÉRCIO, 14 DE SETEMBRO 1992.

A 4

POLITICA

1992
Lima, sábado 25 de julio

Compartirlos, Buenos Noches:
Hay que sintonizar que la ola de destrucción y de muerte provocada estos últimos días por el terrorismo, principalmente en la capital de la República, tiene un objetivo. Este objetivo no puede ser otro que la insistencia de Sendero en la guerra de intimidación. Sin la posibilidad de poder hacer demostraciones de fuerza que indiquen apoyo de la población, movilización de misas en torno a sus consignas, se ven reducidos a la única opción: el acto típicamente terrorista perpetrado por unos cuantos elementos.

El uso de poderosos explosivos en contra de ciudadanos indefensos marca una etapa a la vez de brutalidad y de desesperado intento por recuperar terreno que han ido perdiendo. Es incapaz de golpear al Estado como era su plan - con apoyo popular - recurrir al genocidio para provocar a las fuerzas del orden y estas emprendan una gran escalada represiva indiscriminada. Los enloquecidos seguidores del criminal terrorista y genocida Abimael Guzmán, han pasado a esta etapa tras el firme proceso de recuperación de las zonas rurales, establecimientos penitenciarios y universidades, proceso que muestra la vulnerabilidad de ese enemigo. Obviamente, al sentirse golpeado en donde fueran sus centros fuertes se vio obligado a recurrir a métodos que emanciparon su debilidad: buses, buses, recuperar mediante la intimidación de los ciudadanos, al espacio perdido y a la vez mantener el mito de su invulnerabilidad.

Esto, a veces, es difícil de comprender para el ciudadano común y corriente, que de pronto se involucra en esta vorágine de sangre y destrucción, que nunca imaginamos formara parte de su vida.

Aquí y en otros países del mundo los terroristas constituyen grupos reducidos que se confunden entre la población normal, y que utilizan la sombra y la sorpresa para atacar. Esta es una guerra de pocos años de duración que se ser conscientes, una guerra con todos sus platos y contras. Ser conscientes también que esta gente fanatizada y envenenada busca que perdamos esa serenidad. Tenemos que entender que Sendero para ganar necesita al apoyo popular. Ese apoyo lo viene pidiendo desde hace algún tiempo y esto lo necesita. Eso no debe confundirse con su capacidad para perpetuar horrores atrozados. Sendero está perdiendo el apoyo de la población: con estos últimos atentados en el pueblo crece el repudio ante tanta inhumanidad. Y esto no es venenoso.

A pesar de las severas medidas de la legislación antiterrorista, anteriormente dictadas, existe aún inestabilidad y todavía se producen amenazas y el consiguiente temor al efectivo juzgamiento de los terroristas en el fuero penal común.

¿Cuál es la alternativa? ¿Cuál es la solución? Este es un asunto que hemos sopesado cuidadosamente y hemos adoptado una decisión. A partir de este momento los actos terroristas que ocasionen pérdidas de vidas humanas, como los que hemos visto recientemente, se tipificarán como actos de traición a la patria, por cuanto afectan a las mismas estructuras de la Nación. La magnitud de este delito lo amerita pues se trata de genocidio, de una agresión contra ciudadanos peruanos, que ni el extranjero externo podría inferir. En estos casos los criminales terroristas serán juzgados por tribunales militares y serán sometidos a la legislación que sobre la materia se ha establecido.

Los tribunales militares nos ofrecen como ventaja, cumplimiento de lo que el terrorista se condenado rápidamente en un procedimiento sumario, que permita una sanción oportuna que este en relación directa a la gravedad del acto cometido y que sirva de prevención general a la población.

Mensaje Presidencial

“Actos terroristas son genocidio y afectan estructuras de la Nación”

Dice Fujimori al fundamentar medidas del gobierno frente a recientes atentados

El presidente Alberto Fujimori dirigió anoche un mensaje a la Nación, en el que lamentó el operativo por la captura de un sujeto que se autoproclama Sendero Luminoso, se hizo presente con ataques sangrientos, que han sido calificados por la comunidad internacional como genocidios, en contra de la población civil.

En su mensaje, que aparentemente lo cita hasta donde el pasado miércoles anterior, se aplicaron al gobierno medidas incriminatorias de las fuerzas armadas y policiales en zonas infiltradas y penalizadas que esta vez tendió que establecerse en el fuero militar. Lo que sigue es la versión textual del mensaje presidencial:



Presidente de la República, Ing. Alberto Fujimori Fujimori.

■ **“Incapaz de golpear al Estado como era su plan - con apoyo popular - (el terrorismo) recurre al genocidio para provocar a las fuerzas del orden y estas emprendan una gran escalada represiva indiscriminada”**

■ **“El mejor homenaje que podemos hacer a las víctimas de la barbarie y monstruosidad terroristas es levantarnos para seguir luchando por el Perú, no como una opción viable, sino como una realidad de valores, de historia, de orgullo nacional”.**

■ **“Nadie tiene derecho a quitarnos lo que es nuestro. Por eso aquellos que desagan nuestro país, que matan a nuestros hijos, y que destruyen aquello que no han construido, para esclavizar al Perú, van a ser eliminados. Ellos y su veneno. Este es mi compromiso”.**

Con esta medida se asegurará la venida fijado por el Ministerio de Agricultura. El plazo viene, indefectiblemente, a las 17:00 del día de mañana (09). A partir de esa hora la posesión, transporte o comercialización de material de amonio será tipificada como delito por posesión de arma de guerra, y a la persona incautada en él se le aplicarán drásticas sanciones.

En este momento, en el día las Fuerzas Armadas han iniciado una operación que continuará durante varios días, o el tiempo necesario, en diferentes puntos de la capital destinada a ubicar a elementos terroristas, material explosivo o insumos como el nitrateo de amonio y propaganda terrorista. La operación usará un registro militarizado en las zonas que se detecte infiltración senderista. Fide comprensión a la población, a los ciudadanos honestos y pacíficos, por la interrupción de la tranquilidad hogareña, pero esta es una medida absolutamente necesaria. Estas poblaciones se hará un empadronamiento de los ciudadanos honestos y pacíficos, quienes serán nombrados como elementos terroristas cuyo nombres y características físicas que comencemos.

Es necesario señalar, muy clara-

mente, a las fuerzas del orden que esta búsqueda deberá ser selectiva y no indiscriminada, pues como lo he manifestado en una de nuestras estrategias, precisamente, la consecución del apoyo de la población, apoyo que las FFAA deben ganar. En consecuencia se impone el respeto a la población para que ésta sienta el respaldo del Estado y sus autoridades en la tarea de imponer el orden y la paz por medio de la ley.

No permitiré ningún abuso o extralimitación, nada que perjudique o maltrata a la población. Un comandante o un oficial y su personal pueden asumir el rol pacificador cuando sientan el sincero respaldo de la población. Sólo entonces, como ha ocurrido en algunos frentes donde la población está con la autoridad y la ley, podemos decir que avanzamos en la dirección correcta.

Hasta aquí ha sido en alto estos criminales pueden presentarse en círculos de estudiantes y obreros en actos de agresión en Europa y Estados Unidos como agentes de una causa revolucionaria. Buscando fondos y solidaridad internacional entre los incautos y las crónicas. Lograron que organismos defensores de los Derechos Humanos les sirvan de pantalla para desarrollar una ofensiva criminal donde los derechos humanos, que según se respete para ellos, no cuente para nada, si del pueblo y sus autoridades civiles y militares se trata.

Hay después de la masacre de Miraflores y otros repulchables actos genocidas, Sendero ha sido considerado como un grupo terrorista y genocida dentro de las Naciones Unidas. Después de doce años la comunidad internacional reconoce y pone al descubierto la verdadera naturaleza de este grupo demencial.

Imagino cuánto sufren quienes en esa noche terrible perdieron seres queridos de la forma más absurda. Comparto el dolor e indignación, la desesperación, la impotencia y la rabia por una agresión tan primitiva, tan horrosa. Pero he leído a estos peruanos a quienes alcanzo mi sentimiento de pesar por estos hechos, que en nombre de esas inocentes víctimas que siguen creyendo en su patria y no dejan que el objetivo de estos criminales se cumpla.

El mejor homenaje que podemos hacer a las víctimas de la barbarie y monstruosidad terroristas es levantarnos para seguir luchando por el Perú, no como una opción viable, sino como una realidad de valores, de historia, de orgullo nacional.

La paz desgraciadamente va a construirse sobre la ceniza de nuestros muertos. En su memoria, repito, debemos trabajar en un propósito común para vencer a estos genocidas.

Rindamos un homenaje decisivo en esta lucha contra el enemigo número uno de nuestra patria que muestra participación consciente. Cada uno de nosotros tenemos algo muy valioso que defender: nuestra patria, nuestro hogar, nuestros hijos, su futuro.

Nada tiene derecho a quitarnos lo que es nuestro. Por eso aquellos que destruyen nuestro país, que matan a nuestros hijos, y que destruyen aquello que no han construido, para esclavizar al Perú, van a ser eliminados. Ellos y su veneno. Este es mi compromiso.

Buenas Noches.

No h
front
Chil

Las m
sino la
desarroll
Canciller
tras emite
y lo otro m
El emi
Mauricio
gratuito
atendidos
con corr
cuenta
ARCA int
entre C
alicio alp

Al res
vuestros
sola resp
salvacion
con un
Se in
la unice
un visit
la unice
de mi
ministro
Cuerpo I

Del
lley
misi

Mario
Ortiz
en al
por el E
horram
Gonzá
necesid
OEA p
Para n
Se en
No resp
Gonzá
al secre
Ea Soc
partido
lamente

Car
y br
con

La C
nido Mi
comuni
ría, y
básico
que del
fide a
es”

Die
para el
reputa
en el r
cotiguo
precio
Fata y

“E
confir
sino en
La di
el em
gimen”
perten
justicia

Sin confirmar

Un decreto ley, publicado ayer en el "Peruano", nos permite hablar de un servicio público que está en crisis, el que se presta a través de los morgues, el Instituto de Medicina Legal del Perú. Se trata de una medida -el mejoramiento de las servidumbres- y urgente. Pero el decreto ley mencionado tiene otro aspecto: de la sorpresa. Los juicios de desahucio que han iniciado contra dichos institutos los propietarios de inmuebles que está dependencia ocupa. La frecuencia con que el Gobierno de Emergencia está apelando a esta forma de interferir la administración de justicia resulta altamente dudosa al momento. Ningún inquilinista vendrá al Perú si sabe que el Gobierno, por un decreto ley, interfiere el proceso judicial o modifica el texto.

ción como es debido porque no hay energía eléctrica las 24 horas del día. Duda de la calidad de Lima tenga un grupo eléctrico propio para las emergencias. Al menos se debería tener en las viviendas cercas de ella.

El resto lo dejamos a la imaginación del lector. Los cursos pueden preguntarse en el Instituto de la Morque, a los alumnos de la Facultad de San Fernando, cómo se "siente" la proximidad de la Morque.

Por todo lo dicho de emergencia y el

■ LO QUE ES!

Hay en el Decro "emergencia" el Instituto el 27, que se Deja en suspenso.

